



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, janeiro/2007

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Bernard Appy

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Tarcísio José Massote de Godoy

CHEFE DE GABINETE

Márcio Leão Coelho

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Jorge Khalil Miski

Líscio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

Fabio Pereira Simoni da Silva

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heloisa Teixeira Saito

Lindemberg de Lima Bezerra

Mario Augusto Gouvêa de Almeida

Paula Bicudo de Castro Magalhães

Sérgio Jurandyr Machado

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 12, n. 12, dezembro 2006. 44 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em 2006, o Governo Central apresentou superávit primário de R\$ 49,8 bilhões, equivalentes a 2,38% do PIB estimado para o exercício. Em termos desagregados, o superávit obtido pelo Tesouro Nacional no ano (R\$ 92,0 bilhões) foi suficiente para compensar o maior déficit da Previdência Social – RGPS (R\$ 42,1 bilhões), e, juntamente com as estatais federais, contribuir para que as metas fiscais estabelecidas na LDO para o conjunto do Governo Federal venham a ser atingidas. Em relação ao ano anterior, o resultado do Governo Central caiu R\$ 3,0 bilhões (5,7%), reflexo do aumento do déficit do RGPS e da dinâmica de crescimento das despesas do Tesouro. Em particular, as despesas com custeio e capital cresceram R\$ 16,5 bilhões (14,8%) e as despesas com pessoal e encargos sociais, R\$ 12,8 bilhões (13,9%). As receitas, por outro lado, cresceram relativamente menos (10,5%), efeito das medidas de desoneração tributária adotadas desde meados de 2005. O destaque do exercício foi, contudo, o crescimento das demais receitas, especialmente da cota-parte de compensações financeiras, devido ao comportamento do preço do petróleo e da exploração de petróleo, e dos dividendos da União, devido à maior lucratividade das empresas públicas em que o governo tem participação acionária, notadamente do setor financeiro (BNDES, Banco do Brasil e Caixa).

O resultado primário do Governo Central em 2006 foi de 2,38% do PIB, contra 2,73% em 2005.

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO JAN-DEZ: %

| DISCRIMINAÇÃO | 2005/2004 | 2006/2005 |
|------------------------|--------------|--------------|
| Receitas | 16,4% | 11,2% |
| Tesouro | 16,6% | 10,5% |
| Previdência | 15,6% | 13,9% |
| Transferências | 24,2% | 10,5% |
| Receita Líquida | 14,9% | 11,4% |
| Despesas | 16,2% | 13,9% |
| Benefícios | 16,1% | 13,4% |
| Pessoal | 10,3% | 13,9% |
| Custeio e Capital | 22,0% | 14,8% |
| PIB estimado | 9,7% | 7,8% |

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2005-2006

| DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO | R\$ Milhões | | | |
|--|-----------------|-----------------|------------------|------------------|
| | NOV | DEZ | JAN-DEZ | |
| | 2006 | 2006 | 2005 | 2006 |
| I. RECEITA TOTAL | 42.710,6 | 57.611,4 | 488.375,0 | 543.251,8 |
| I.1. Receitas do Tesouro | 32.100,4 | 40.036,7 | 378.546,6 | 418.162,6 |
| I.1.1. Receita Bruta (1) | 33.474,7 | 41.965,5 | 392.438,3 | 431.423,4 |
| I.1.2. (-) Restituições | -1.374,3 | -1.928,8 | -13.884,7 | -13.260,8 |
| I.1.3. (-) Incentivos Fiscais | 0,0 | 0,0 | -7,0 | 0,0 |
| I.2. Receitas da Previdência Social | 10.414,5 | 17.391,1 | 108.434,1 | 123.520,2 |
| I.3. Receitas do Banco Central | 195,7 | 183,6 | 1.394,2 | 1.569,0 |
| II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS | 9.357,3 | 9.285,7 | 83.936,7 | 92.779,9 |
| III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II) | 33.353,3 | 48.325,7 | 404.438,3 | 450.471,9 |
| IV. DESPESA TOTAL | 33.549,8 | 53.920,3 | 351.621,7 | 400.669,2 |
| IV.1. Despesas do Tesouro | 20.082,7 | 34.253,7 | 203.905,3 | 233.343,6 |
| IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1) | 9.208,6 | 12.984,7 | 92.230,8 | 105.030,6 |
| IV.1.2. Custeio e Capital | 10.801,3 | 21.157,3 | 111.121,6 | 127.617,6 |
| IV.1.2.1. Despesa do FAT | 1.025,3 | 1.807,6 | 11.900,0 | 15.298,7 |
| IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2) | 645,8 | 3.630,0 | 10.333,4 | 9.550,7 |
| IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV) | 1.035,1 | 1.037,2 | 9.253,1 | 11.638,9 |
| IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital | 8.095,1 | 14.682,5 | 79.635,1 | 91.129,4 |
| IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central | 72,8 | 111,8 | 552,9 | 695,4 |
| IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios) | 13.301,2 | 19.446,0 | 146.010,1 | 165.585,3 |
| IV.3. Despesas do Banco Central | 165,8 | 220,7 | 1.706,3 | 1.740,3 |
| V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV) | -196,5 | -5.594,6 | 52.816,6 | 49.802,7 |
| V.1. Tesouro Nacional | 2.660,4 | -3.502,7 | 90.704,7 | 92.039,1 |
| V.2. Previdência Social (RGPS) (3) | -2.886,7 | -2.054,9 | -37.576,0 | -42.065,1 |
| V.3. Banco Central (4) | 29,9 | -37,0 | -312,0 | -171,2 |
| VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB | | | 2,73% | 2,38% |

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

O esforço fiscal do Governo Central em 2006 está em linha com a Programação Financeira do exercício e o cumprimento da meta fiscal do Setor Público consolidado de 4,25% do PIB.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
 BRASIL, JAN-DEZ (% do PIB)

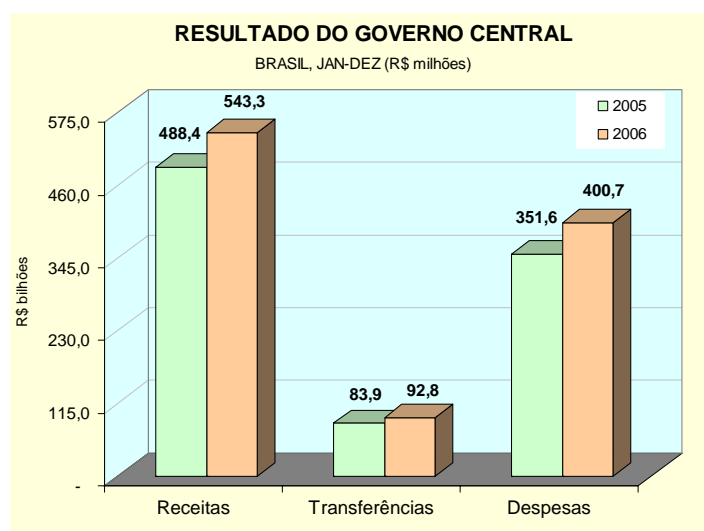
| DISCRIMINAÇÃO | 2005 | 2006 |
|---------------------------|---------------|---------------|
| Receita Total | 25,21% | 26,01% |
| Transferências | 4,33% | 4,44% |
| Receita Líquida | 20,87% | 21,57% |
| Despesa Total | 18,15% | 19,19% |
| Resultado Primário | 2,73% | 2,38% |

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
 BRASIL, JAN-DEZ (% do PIB)

| DISCRIMINAÇÃO | 2005 | 2006 |
|------------------------|--------------|--------------|
| Tesouro Nacional | 4,68% | 4,41% |
| Previdência Social | -1,94% | -2,01% |
| Banco Central | -0,02% | -0,01% |
| Governo Central | 2,73% | 2,38% |

As receitas do Governo Central atingiram R\$ 543,3 bilhões em 2006, 11,2% acima da arrecadação do ano anterior. Como proporção do PIB, a receita passou de 25,21%, em 2005, para 26,01%, em 2006, aumento de 0,81 ponto percentual. O desempenho de alguns setores da economia, em especial petróleo e extração de minerais metálicos, elevou a arrecadação do imposto de renda. Ademais, houve a retomada do recolhimento regular do IRPJ por parte de empresas do setor financeiro que, em 2005, haviam interrompido o pagamento do imposto por meio de demandas judiciais. Somem-se ainda os ganhos obtidos com a Medida Provisória nº 303/2006 (Paex), a qual propiciou a arrecadação de débitos em atraso da ordem de R\$ 2,3 bilhões entre agosto e dezembro, sem correspondência no ano anterior. Destaque também para o desempenho das empresas nas quais a União possui participação acionária, cuja lucratividade foi responsável pelo aumento do pagamento dos dividendos no ano (R\$ 9,7 bilhões, contra R\$ 4,9 bilhões em 2005). Por fim, as receitas com cota-parte de compensações financeiras (*royalties*) cresceram R\$ 3,5 bilhões (23,0%), em boa medida devido à elevação do preço do petróleo no mercado internacional e ao aumento da exploração de petróleo. De fato o *brent*, que em meados de 2005 estava em torno de US\$ 55,0/barril, chegou a perto de US\$ 75,0/barril em meados de 2006. Por outro lado, as medidas que o governo adotou ao longo dos últimos dois anos para estimular o investimento contribuíram para redução da arrecadação de alguns tributos federais, sobretudo Cofins (vide Lei nº 11.196/2005) e IPI (vide Decreto nº 5.697/2006). Entre as principais medidas, destacam-se o incentivo à exportação (Recap), o programa de inclusão digital, a retenção da Cofins sobre autopeças e a redução da alíquota do IPI sobre insumos da construção civil.

O crescimento das receitas do Governo Central em 2006 decorreu sobretudo do comportamento da economia (notadamente dos setores de petróleo, eletricidade e minerais metálicos), e da implementação de medidas para recuperação de créditos.



As transferências a estados e municípios, por sua vez, totalizaram R\$ 92,8 bilhões em 2006, cerca de 4,44% do PIB, contra R\$ 83,9 bilhões, ou 4,33%, no ano anterior. O bom desempenho da arrecadação do IR e da cota-parte de compensações financeiras explica grande parte desse desempenho. Ademais, a edição da Medida Provisória nº 328/2006, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos estados e aos municípios com o objetivo de fomentar as exportações do País, contribui ainda mais para esse aumento. A Medida estipulava um repasse total de R\$ 1,95 bilhão, tendo sido transferida no mês de novembro a primeira parcela no valor de R\$ 975,0 milhões e duas outras parcelas de R\$ 487,5 milhões no mês de dezembro.

As despesas do Tesouro Nacional cresceram 14,4% em 2006, totalizando R\$ 233,3 bilhões, contra R\$ 203,9 bilhões em 2005. Como proporção do PIB, houve aumento de 0,65 p.p. (de 10,5% para 11,2% do PIB), parte relacionado à folha de pagamentos da União (0,27 p.p.) e parte às despesas de custeio e capital (0,38 p.p.). Em termos nominais, as despesas com pessoal e encargos sociais e com custeio e capital cresceram R\$ 12,8 bilhões (13,9%) e R\$ 16,5 bilhões (14,8%), respectivamente. Com respeito a essas últimas, destaque para o incremento das despesas com seguro-desemprego e demais despesas do FAT, em R\$ 3,4 bilhões (28,6%), dos benefícios da LOAS/RMV, em R\$ 2,4 bilhões (25,8%), e das subvenções aos fundos regionais (FNE, FCO e FNO), em R\$ 698,0 milhões (47,2%), em função do provisionamento de sua carteira de crédito inadimplente.

As receitas da Previdência Social (RGPS) também apresentaram desempenho positivo em 2006, com crescimento de 13,9% em termos nominais. Attingiram R\$ 123,5 bilhões em 2006, (5,92% do PIB), contra R\$ 108,4 bilhões (5,60% do PIB). Esse crescimento é explicado por dois fatores: i) repasse de 60% da arrecadação do Simples para o RGPS (contra 40% em 2005); e ii) expansão no mercado formal de trabalho observada ao longo de todo o ano. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 165,6 bilhões no ano, R\$ 19,6 bilhões (13,4%) acima do verificado em 2005. Essas despesas representaram 7,93% do PIB estimado para 2006, em comparação a 7,54% do exercício anterior, indicando uma dinâmica de crescimento maior, *vis-à-vis* o comportamento da arrecadação, e a piora do déficit do regime. Com efeito, o resultado passou de 1,94% do PIB, em 2005, para 2,01% no ano em análise. Os benefícios previdenciários, por outro lado, crescem relativamente menos do que os demais itens de despesa da União, apesar do aumento no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência dos reajustes do salário-mínimo acima da inflação e do aumento dos benefícios com valores acima do piso. Além disso, há o crescimento vegetativo dos benefícios pagos. A quantidade total de benefícios emitidos em 2006 atingiu 24,2 milhões, contra 23,5 milhões no ano anterior – crescimento de 2,7%. Entre os benefícios que mais cresceram, destacam-se os de natureza assistencial (au-

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 92,8 bilhões em 2006, cerca de 4,44% do PIB, contra R\$ 83,9 bilhões em 2005, ou 4,33% do PIB.

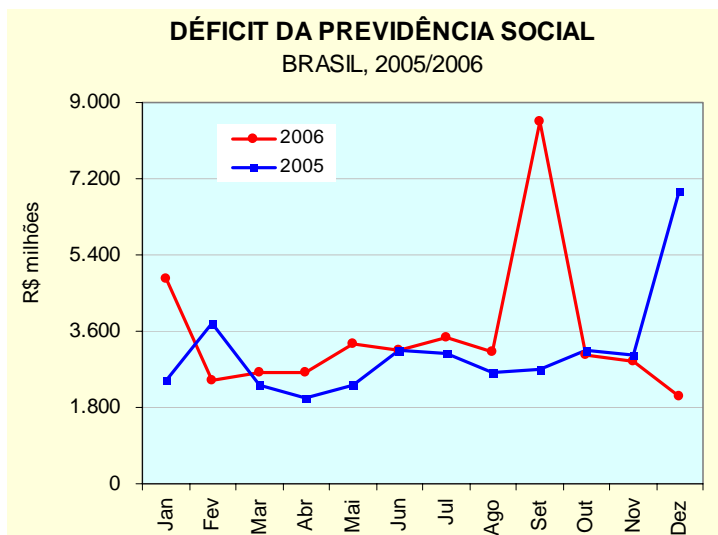
As despesas do Tesouro Nacional como proporção do PIB cresceram 0,65 p.p. do PIB, parte relacionadas à folha de pagamentos da União (0,27 p.p.) e parte às despesas de custeio e capital (0,38 p.p.).

| RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-DEZ (% do PIB) | | |
|--|--------|--------|
| DISCRIMINAÇÃO | 2005 | 2006 |
| Contribuição | 5,60% | 5,92% |
| Benefícios | 7,54% | 7,93% |
| Resultado Primário | -1,94% | -2,01% |

A arrecadação do RGPS aumentou 13,9% em 2006 devido à melhoria no mercado de trabalho formal e ao aumento da participação da Previdência nas receitas do Simples de 40% para 60% a partir de 1º de janeiro de 2006, conforme Lei nº 11.307/2006.

mento de 6,0%), notadamente a LOAS para idosos, que passou a crescer em volumes relativamente superiores após redução da idade limite para enquadramento.

Em 2006, o pagamento do 13º salário dos beneficiários do RGPS ocorreu no mês de setembro, ao passo que em 2005 havia ocorrido em dezembro. Em razão disso, o déficit previdenciário de dezembro de 2006 atingiu valor inferior ao observado nos demais meses do ano.



Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional somou R\$ 42,0 bilhões em dezembro, com acréscimo de R\$ 8,5 bilhões (25,4%) em relação ao mês anterior. As restituições, em consonância com a receita bruta, totalizaram 1,9 bilhão, 40,3% a mais que no mês de novembro.

Em termos nominais, a principal variação observada na receita administrada pela Secretaria da Receita Federal foi na arrecadação do IR (acréscimo de R\$ 7,2 bilhões ou 74,8%). Contribuíram para esse resultado: i) tributação e consequente recolhimento do 13º salário em dezembro; ii) alteração do prazo de recolhimento do IRRF-Rendimentos do Trabalho, em conformidade com o art. 70 da Lei nº 11.196/2005, o qual estabelece que para o mês de dezembro de 2006 os recolhimentos serão referentes aos fatos geradores ocorridos nos dois primeiros decêndios do próprio mês, além dos ocorridos em todo o mês de novembro; e iii) alteração na forma de apuração do imposto sobre aplicações financeiras em fundos de investimento que passou de mensal para semestral com recolhimento nos meses de junho e dezembro (Lei nº 10.892/2004).

As demais receitas mantiveram-se praticamente estáveis, com pequena elevação, no conjunto, de R\$ 28,6 milhões (0,9%). Todos os subgrupos apresentaram relativa estabilidade. A arrecadação referente aos subgrupos concessões e dividendos alcançou R\$ 67,4 milhões e R\$ 60,9 milhões, respectivamente. Os percentuais expressivos de crescimento são explicados, tão-somente, pelo baixo valor de comparação representado pelo mês de novembro (R\$ 13,1 milhões e R\$ 36,6 milhões).

| RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL | | |
|--|-----------------|-----------------|
| BRASIL, 2005-2006 (R\$ Milhões) ¹ | | |
| DISCRIMINAÇÃO | NOV/06 | DEZ/06 |
| Impostos | 13.859,3 | 21.243,4 |
| Imposto de Renda | 9.673,1 | 16.906,7 |
| IPI | 2.611,0 | 2.773,0 |
| Outros | 1.575,1 | 1.563,7 |
| Contribuições | 16.467,8 | 17.545,9 |
| Cofins | 8.118,1 | 8.451,2 |
| CPMF | 2.755,5 | 3.286,5 |
| CSLL | 1.977,2 | 1.870,7 |
| Cide - Combustíveis | 702,1 | 665,8 |
| Outras | 2.914,9 | 3.271,7 |
| Demais | 3.147,6 | 3.176,2 |
| Cota parte | 783,1 | 759,8 |
| Diretamente Arrecadada | 1.299,5 | 1.235,2 |
| Dividendos da União | 36,6 | 60,9 |
| Pagamento Unificado ² | - | - |
| Outras | 1.028,4 | 1.120,3 |
| Total Bruto | 33.474,7 | 41.965,5 |

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e refs foram distribuídos nos respectivos tributos.

² Pagamentos decorrentes do País, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição na Cofins, no PIS e na CSLL.

Em 2006, a receita bruta do Tesouro Nacional foi equivalente a 20,66% do PIB, acréscimo de 0,41 ponto percentual em relação à proporção verificada no ano de 2005 (20,25% do PIB). Não obstante o conjunto de mudanças que reduziram impostos em diversos setores (estímulo ao investimento produtivo, redução de impostos para as famílias, redução de tributos sobre a cesta básica, estímulo à poupança de longo prazo e a pequenas e médias empresas e incentivo à inovação), o nível de arrecadação refletiu: i) o bom desempenho da economia; ii) a retomada do recolhimento regular de IRPJ por parte de empresas do setor financeiro que, em 2005, estavam com demandas judiciais; iii) a arrecadação atípica do IRRF relativo a rendimentos remetidos a residentes no exterior e ao pagamento de juros remuneratórios sobre o capital próprio; iv) o elevado preço internacional do petróleo; e v) o volume de dividendos repassados pelas empresas nas quais a União detém participação acionária.

Em termos nominais, a receita bruta totalizou R\$ 431,4 bilhões, contra R\$ 392,4 bilhões em 2005. O acréscimo de R\$ 39,0 bilhões (9,9%) apresenta uma distribuição não uniforme entre impostos, contribuições e demais receitas. Enquanto os dois primeiros cresceram 9,7% e 7,0%, respectivamente, as demais receitas apresentaram elevação de 22,8%.

Contribuíram para o acréscimo na arrecadação de impostos e contribuições os seguintes fatores: i) recolhimento de multas e juros no valor de R\$ 6,6 bilhões, valor 20,3% superior ao arrecadado em 2005; ii) recolhimento efetuado em conformidade com o estabelecido na MP nº 303/2006 (Paex), cujo valor acumulado no ano somou R\$ 2,3 bilhões; iii) IPI - Automóveis, em função do aumento de 9,8% no volume de vendas no mercado interno; iv) IRPJ e CSLL, devido à retomada do recolhimento regular dos tributos por parte de empresas do setor financeiro, as quais discutiam judicialmente a incidência desses tributos em 2005; v) IRRF - Remessas ao Exterior, o qual teve crescimento influenciado por arrecadações atípicas relativas a rendimentos remetidos ao exterior nos meses de setembro e outubro de 2006.

As demais receitas apresentaram crescimento significativo em todos os subgrupos. Destaque para: i) incremento de R\$ 4,9 bilhões na arrecadação com dividendos pagos por empresas em que a União detém participação acionária, especialmente BNDES (R\$ 3,0 bilhões), Petrobras (R\$ 2,3 bilhões), Banco do Brasil (R\$ 2,3 bilhões) e Caixa Econômica Federal (R\$ 1,1 bilhão); ii) maior recolhimento da cota-parte de compensações financeiras e participação especial pela exploração e produção de petróleo e gás natural (aumento de R\$ 3,5 bilhões), refletindo, principalmente, os níveis do preço do petróleo no mercado internacional e a elevação da produção doméstica; iii) acréscimo de R\$ 2,3 bilhões nas receitas diretamente arrecadadas, concentrado basicamente no recolhimento da taxa de fiscaliza-

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

| RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-DEZ (% do PIB) | | |
|---|---------------|---------------|
| DISCRIMINAÇÃO | 2005 | 2006 |
| Impostos | 8,60% | 8,75% |
| Imposto de Renda | 6,43% | 6,58% |
| IPI | 1,36% | 1,35% |
| Outros | 0,80% | 0,82% |
| Contribuições | 9,37% | 9,30% |
| Cofins | 4,54% | 4,43% |
| CPMF | 1,51% | 1,54% |
| CSLL | 1,36% | 1,35% |
| Cide - Combustíveis | 0,40% | 0,37% |
| Outras | 1,57% | 1,62% |
| Demais | 2,29% | 2,61% |
| Cota parte | 0,78% | 0,89% |
| Diretamente Arrecadada | 0,65% | 0,71% |
| Dividendos da União | 0,25% | 0,47% |
| Pagamento Unificado /1 | 0,16% | 0,00% |
| Outras | 0,45% | 0,54% |
| Total Bruto | 20,25% | 20,66% |

/1 Em 2005 inclui pagamentos decorrentes do País, patrimônio de alienação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição na Cofins, no PIS e na CSLL.

| DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO BRASIL, JAN-DEZ (R\$ milhões) | | |
|---|----------------|----------------|
| EMPRESAS | 2005 | 2006 |
| Petrobras | 1.684,6 | 2.340,7 |
| Banco do Brasil | 641,0 | 2.265,4 |
| Caixa | 503,0 | 1.100,2 |
| BNDES | 775,8 | 3.041,7 |
| Correios | 84,6 | 299,6 |
| IRB | 120,2 | 182,5 |
| BNB | 36,8 | 41,6 |
| BASA | 35,3 | 126,8 |
| Eletrobrás | 0,1 | 137,8 |
| FND | 29,6 | 15,2 |
| Demais | 943,0 | 188,9 |
| Total | 4.854,0 | 9.740,4 |

ção de serviços de telecomunicações pela Anatel e no ingresso de R\$ 799,9 milhões em função da extinção da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE), conforme estipulado pelo Decreto no 5.826/2006.; e iv) incremento de R\$ 157,8 milhões no ingresso decorrente das receitas com concessões, as quais se concentraram basicamente no recolhimento, em janeiro, de R\$ 556,4 milhões referentes ao bônus de assinatura do contrato de concessão de áreas para exploração e produção de petróleo e gás leiloadas em 2005.

Transferências a Estados e Municípios

| TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões) | | |
|--|----------------|----------------|
| DISCRIMINAÇÃO | NOV/06 | DEZ/06 |
| Constitucionais (IR, IPI e outros) | 5.937,8 | 7.277,9 |
| CIDE-Combustíveis | - | - |
| Desoneração do ICMS | 1.137,5 | 1.133,6 |
| Demais | 2.282,0 | 874,2 |
| Total | 9.357,3 | 9.285,7 |

| BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) | | |
|---|-----------------|-----------------|
| DECÊNDIO | NOV/06 | DEZ/06 |
| Terceiro Decêndio | 8.000,6 | 5.911,3 |
| Primeiro Decêndio | 2.806,4 | 5.659,6 |
| Segundo Decêndio | 2.147,3 | 4.182,6 |
| Total | 12.954,3 | 15.753,5 |

| TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-DEZ (% do PIB) | | |
|---|--------------|--------------|
| DISCRIMINAÇÃO | 2005 | 2006 |
| Constitucionais (IR, IPI e outros) | 3,29% | 3,38% |
| CIDE - Combustíveis | 0,09% | 0,09% |
| Lei Complementar nº 115/2002 | 0,25% | 0,21% |
| Demais | 0,70% | 0,77% |
| Total | 4,33% | 4,44% |

| TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-DEZ (R\$ milhões) | | |
|--|-----------------|-----------------|
| DISCRIMINAÇÃO | 2005 | 2006 |
| Constitucionais (IR, IPI e outros) | 63.755,6 | 70.627,7 |
| CIDE - Combustíveis | 1.776,1 | 1.781,3 |
| Lei Complementar nº 115/2002 | 4.757,4 | 4.343,3 |
| Demais | 13.647,6 | 16.027,6 |
| Total | 83.936,7 | 92.779,9 |

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 9,3 bilhões em dezembro, representando pequena redução de R\$ 71,6 milhões em relação a novembro, em decorrência da redução de R\$ 1,2 bilhão no repasse de recursos provenientes de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, recolhidos no final de outubro, repassados em novembro e sem contrapartida em dezembro. Essa redução foi parcialmente compensada pelo aumento da base de cálculo das transferências do FPE e do FPM (de R\$ 13,0 bilhões em novembro para R\$ 15,8 bilhões em dezembro) em consonância com a evolução da arrecadação nos decêndios durante os quais se compõe a referida base.

Em dezembro, a transferência de recursos ao amparo da Lei Complementar nº 115/2002 e da MP nº 328/2006 alcançou R\$ 1,1 bilhão, volume praticamente idêntico ao do mês anterior.

No exercício de 2006, as transferências a estados e municípios corresponderam a 4,44% do PIB, contra 4,33% de 2005. As desonerações tributárias ocorridas não impactaram o volume dos repasses. Estes alcançaram R\$ 92,8 bilhões, R\$ 8,8 bilhões a mais do que em 2005. Em termos nominais, observa-se uma elevação da ordem de 10,5%, quando comparados os dois exercícios.

As transferências constitucionais cresceram 10,8% (R\$ 6,9 bilhões) no ano de 2006 em relação a 2005, em linha com o crescimento das receitas compartilhadas. As transferências a título de *royalties* e participação especial pela exploração e produção de petróleo e gás natural cresceram R\$ 1,9 bilhão, refletindo os níveis do preço do petróleo no mercado internacional e a elevação da produção em território nacional.

Por outro lado, no exercício de 2006 houve redução de R\$ 414,1 milhões nas transferências relativas à Lei Complementar nº 115/2002. O total de recursos transferidos atingiu R\$ 4,3 bilhões, sendo : i) R\$ 1,95 bilhão referente ao auxílio financeiro a estados e municípios para fomento das exportações, correspondente à dotação consignada para esse fim na Lei Orçamentária Anual (LOA); ii) R\$ 1,95 bilhão referentes à Medida Provisória nº 328/2006, que dispõe sobre a prestação de

auxílio financeiro pela União aos Estados e aos Municípios, em parcelas nos meses de novembro e dezembro; e iii) R\$ 443,2 milhões, referente ao repasse disciplinado pela Medida Provisória nº 271/2005.

Em dezembro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 34,2 bilhões, apresentando acréscimo de R\$ 14,3 bilhões (70,6%) relativamente a novembro. Os gastos com custeio e capital alcançaram R\$ 21,1 bilhões contra R\$ 10,8 bilhões no mês anterior, registrando variação de R\$ 10,3 bilhões (crescimento de 95,9%). Ademais, as despesas com pessoal e encargos sociais totalizaram R\$ 13,0 bilhões em dezembro, incremento de R\$ 3,8 bilhões em relação ao mês anterior (41,0%). Esse acréscimo decorreu da sazonalidade da despesa, com o pagamento da segunda parcela do décimo terceiro salário dos servidores do Poder Executivo e das férias do funcionalismo federal.

No caso dos gastos com custeio e capital, a expressiva variação do seu comportamento esteve associada ao aumento das seguintes rubricas: i) despesas do FAT (76,3%); ii) subsídios e subvenções econômicas (462,1%); e iii) outras (81,4%).

Os dispêndios no âmbito do FAT totalizaram R\$ 1,8 bilhão em dezembro, R\$ 782,3 milhões acima do observado no mês anterior. Parte desse acréscimo ocorreu na rubrica “abono salarial” que, conforme comentado no relatório de nov/2006, pertencia àquele mês mas, em decorrência da aprovação do crédito suplementar pelo Congresso Nacional em dezembro, repercutiu nas despesas do último mês do ano. As demais despesas são relativas ao benefício seguro-desemprego após atualização do repasse aos agentes pagadores.

As despesas com subsídios e subvenções econômicas totalizaram R\$ 3,6 bilhões registrando, portanto, aumento aproximado de R\$ 3,0 bilhões. Tal aumento está associado, principalmente, à variação das seguintes rubricas: i) despesas do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND (R\$ 1,3 bilhão); ii) Fundo da Terra/Incra (R\$ 466,6 milhões); iii) equalizações por meio do Proex (R\$ 264,9 milhões); iv) custeio agrícola (R\$ 180,5 milhões); v) Pronaf (R\$ 177,3 milhões).

Os recursos disponibilizados para empréstimos do FND ao BNDES, para aplicação em financiamentos nas áreas de insumos básicos e bens de consumo em conformidade com as disposições do Decreto-Lei nº. 2.288, de 23 de julho de 1986, totalizaram R\$ 1,3 bilhão. No caso do Programa de Incentivo à Exportação (Proex), o crescimento decorreu do aumento de demanda de desembolso líquido. As despesas no âmbito do custeio agrícola e investimento rural decorreram das e-

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em dezembro, a variação nos dispêndios do Tesouro Nacional deveu-se à maior dinâmica de execução dos gastos com custeio e capital no mês com o pagamento da 2ª parcela do 13º salário do Poder Executivo, e das férias do funcionalismo público federal.

| DESPEAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2006 (R\$ milhões) | | |
|---|-------------|--------------|
| DISCRIMINAÇÃO | NOV/06 | DEZ/06 |
| Pessoal e Encargos | 9.208,6 | 12.984,7 |
| Custeio e Capital | 10.801,3 | 21.157,3 |
| Despesas do FAT | 1.025,3 | 1.807,6 |
| Subsídios e Subvenções /1 | 645,8 | 3.630,0 |
| LCAS/RMV | 1035,1 | 1037,2 |
| Outras | 8.095,1 | 14.682,5 |
| Transferência ao Bacen | 72,8 | 111,8 |

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

| SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões) | | |
|--|--------------|----------------|
| DISCRIMINAÇÃO /1 | NOV/06 | DEZ/06 |
| Agricultura | 363,6 | 1.280,7 |
| Custeio Agropecuário | 0,8 | 181,3 |
| Investimento Rural | 101,7 | 56,6 |
| Preços Agrícolas | 60,6 | 75,8 |
| - EGF | 0,3 | 0,7 |
| - AGF | (49,9) | (113,2) |
| - Sustentação de preços | 110,2 | 188,2 |
| Pronaf | 185,4 | 362,7 |
| Pesa | 14,6 | 138,1 |
| Cacau | 0,5 | 0,0 |
| Fundo da Terra/Incra | 88,1 | 554,7 |
| Outras áreas | 87,8 | 2.172,9 |
| Habituação (PSH) | - | - |
| Exportação (Proex) | 9,0 | 274,0 |
| FND (BNDES) | (9,3) | 1.344,2 |
| Total | 451,4 | 3.453,6 |

/1 Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

qualizações realizadas semestralmente e, no caso do Pronaf, do calendário agrícola concentrado nos últimos meses do ano.

| OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL | | |
|---|----------------|-----------------|
| BRASIL, 2006 (R\$ milhões) | | |
| DISCRIMINAÇÃO | NOV/06 | DEZ/06 |
| Sentenças Judiciais | 27,6 | 16,1 |
| Legislativo/Judiciário | 367,9 | 582,2 |
| Crédito Extraordinário | 1.125,2 | 1.482,4 |
| Projeto Piloto de Investimento ³ | 265,3 | 508,9 |
| Outras Obrigatórias ¹ | 78,1 | 389,3 |
| Discricionárias ² | 6.231,0 | 11.703,6 |
| d/q Min. da Defesa | 425,3 | 1.636,4 |
| Min. Saúde | 2.881,1 | 3.615,6 |
| Min. da Educação | 711,0 | 1.167,4 |
| Min. dos Transportes | 164,0 | 589,5 |
| Min. do Des. Social | 804,2 | 1.178,5 |
| Min. das Cidades | 54,2 | 384,0 |
| Min. da Ciência e Tecnologia | 323,5 | 582,7 |
| Min. da Integração Nacional | 49,7 | 237,9 |
| Min. do Turismo | 47,7 | 219,7 |
| Demais | 770,5 | 2.091,9 |
| Total | 8.095,1 | 14.682,5 |

¹ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

² Inclui Fundo de Combate à Pobreza e emissão TDA para reforma agrária.

³ Inclui despesas administrativas do FAT. Inclui despesas adicionais vinculadas a projetos do PPI.

⁴ Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.176, de 20/09/05 (LDO-2006).

As outras despesas de custeio e capital atingiram R\$ 14,7 bilhões em dezembro, contra R\$ 8,1 bilhões no mês anterior, apresentando incremento de R\$ 6,6 bilhões. Houve realização de R\$ 1,5 bilhão relativa à execução de créditos extraordinários em dezembro, contra R\$ 1,1 bilhão em novembro. As despesas discricionárias – inclusive as do Fundo de Combate à Pobreza, emissão de TDA para a reforma agrária e as despesas adicionais vinculadas a projetos do PPI – totalizaram R\$ 11,7 bilhões, com expressivo aumento de R\$ 5,5 bilhões em dezembro. A execução das despesas próprias do PPI foi de R\$ 508,9 milhões no mês, registrando acréscimo de R\$ 243,6 milhões em relação a novembro.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

No acumulado até dezembro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 11,17% do PIB, contra 10,52% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 29,4 bilhões (14,4%) em relação a 2005, acima do crescimento nominal do PIB no período (estimado em 7,8%). Destacam-se os incrementos de R\$ 12,7 bilhões (13,9% ou 0,27 p.p. do PIB) nas despesas de pessoal e encargos sociais e R\$ 16,5 bilhões (14,8% ou 0,38% p. p. do PIB) nos gastos com custeio e capital.

| DESPESAS DO TESOURO NACIONAL | | |
|-------------------------------|--------------|--------------|
| BRASIL, JAN-DEZ (% do PIB) | | |
| DISCRIMINAÇÃO | 2005 | 2006 |
| Pessoal e Encargos | 4,76% | 5,03% |
| Custeio e Capital | 5,74% | 6,11% |
| Despesas do FAT | 0,61% | 0,73% |
| Subsídios e Subvenções /1 | 0,53% | 0,46% |
| LOAS/RMV | 0,48% | 0,56% |
| Outras | 4,11% | 4,36% |
| Transferência ao Bacen | 0,03% | 0,03% |

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

Os dispêndios com a folha salarial aumentaram de 4,76% do PIB em 2005, para 5,03% do PIB em 2006. No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, o aumento nominal dos dispêndios com a folha salarial foi de R\$ 3,6 bilhões. Nesse valor estão computados precatórios relativos aos Poderes na quantia de R\$ 2,8 bilhões, pagos pelas Justiças Federal e do Trabalho, frente ao montante de R\$ 1,9 bilhão em 2005. Verificou-se o incremento de R\$ 9,2 bilhões no âmbito das despesas do Poder Executivo. Além do crescimento vegetativo, o incremento desta rubrica decorreu, principalmente, da reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores civis e militares.

As despesas do FAT atingiram R\$ 15,3 bilhões até dezembro de 2006, contra R\$ 11,9 bilhões no ano anterior, tendo crescido R\$ 3,4 bilhões (28,6% ou 0,12 p.p. do PIB). Além do efeito decorrente do aumento do salário mínimo, com impacto no valor do benefício do seguro-desemprego e do abono salarial referente ao exercício 2006/2007, o comportamento da despesa do FAT reflete a adoção de diversas medidas com vistas a facilitar o acesso ao benefício, em especial, o aprimoramento do pagamento, bem como a ampliação de parcelas de seguro-desemprego para setores específicos: calçadista, de móveis em madeira e máquinas e equipamentos agrícolas.

No ano de 2006, as despesas com subsídios e subvenções totalizaram R\$ 9,5 bilhões (0,46% do PIB) contra R\$ 10,3 bilhões em 2005 (0,53% do PIB), variação negativa de 0,08% do PIB. As maiores reduções ocorreram nos pagamentos de securitização, devido à expressiva concentração de vencimentos dos títulos em 2005, e no PESA que naquele exercício, registrou a baixa de ativos na Dívida Ativa da União no valor de R\$ 993,7 milhões, frente a baixas de R\$ 231,4 milhões em 2006.

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram em R\$ 2,4 bilhões (25,8 %) em relação ao acumulado de 2005. Essa variação é explicada pelo reajuste do salário mínimo em 2006 e o crescimento da quantidade de benefícios pagos, que foi de 10,0% no período (média contra média). Do total de benefícios pagos, 1,1 milhão (13%) foi destinado aos idosos e 1,3 milhão (7%) aos portadores de deficiência.

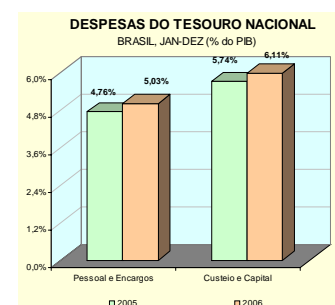
| QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS BRASIL, 2001-2006 | | | | | | |
|---|------------|---|-----------|---|-------------------------|---|
| | Total LOAS | Variação em relação à média do ano anterior | Idoso | Variação em relação à média do ano anterior | Portador de Deficiência | Variação em relação à média do ano anterior |
| média 2001 | 1.290.690 | - | 444.190 | - | 846.500 | - |
| média 2002 | 1.455.205 | 13% | 531.617 | 20% | 923.588 | 9% |
| média 2003 | 1.631.497 | 12% | 627.693 | 18% | 1.003.804 | 9% |
| média 2004 | 1.898.903 | 16% | 821.288 | 30% | 1.077.615 | 7% |
| média 2005 | 2.173.634 | 15% | 1.002.778 | 23% | 1.170.856 | 9% |
| média jan-dez/05 | 2.173.634 | | 1.002.778 | | 1.170.856 | |
| média jan-dez/06 | 2.389.050 | 10% | 1.131.939 | 13% | 1.257.111 | 7% |

Em relação ao ano anterior, houve realização de R\$ 5,3 bilhões com a execução dos créditos extraordinários, variação de R\$ 3,2 bilhões (149,15%) superior ao executado em 2005. As Medidas Provisórias de impacto financeiro em 2006 destinaram-se ao atendimento de demandas de diferentes Ministérios, tais como: i) realização de obras e serviços em corredores estratégicos de transporte do Brasil; ii) promoção da obtenção de imóveis rurais para reforma agrária; iii) indenização a familiares de mortos e desaparecidos em atividades políticas; iv) Programa Brasil Escolarizado; v) segurança pública nas rodovias federais; vi) concessão de financiamento a estudantes do ensino superior não-gratuito; vii) manutenção de hospitais das Forças Armadas; viii) adestramento e operações militares da Aeronáutica; e ix) gestão da participação em organismos internacionais, entre outros.

As despesas com sentenças judiciais totalizaram R\$ 1,0 bilhão até dezembro, contra R\$ 711,9 milhões em 2005, apresentando aumento de 42,2%. Os gastos com custeio dos Poderes Legislativo e Judiciário totalizaram R\$ 4,5 bilhões, representando incremento de R\$ 620,8 milhões (15,93%). As despesas discricionárias no período cresceram R\$ 5,8 bilhões (8,2%). Dentre os Ministérios que apresentaram aumento nos dispêndios, destacam-se o Ministério de Desenvolvimento Social (R\$ 3,0 bilhões), o Ministério da Saúde (R\$ 1,9 bilhão) e o Ministério da

| SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, JAN-DEZ (R\$ milhões) | | |
|--|----------------|-------------------|
| DISCRIMINAÇÃO /1 | 2005 | 2006 ² |
| Agricultura | 6.758,8 | 4.944,5 |
| Custeio Agropecuário | 204,2 | 341,6 |
| Investimento Rural | 267,5 | 484,9 |
| Preços Agrícolas | 1.098,0 | 1.159,4 |
| - EGF | 6,7 | 3,3 |
| - AGF | 855,3 | 250,0 |
| - Sustentação de preços | 236,0 | 906,1 |
| Pronaf | 814,1 | 1.099,6 |
| Pesa | 1.129,4 | 428,6 |
| Cacau | 1,2 | 1,1 |
| Securitização | 2.699,4 | 466,2 |
| Fundo da Terra/Incra | 545,1 | 963,1 |
| Outros | 905,0 | 947,2 |
| Habitação (PSH) | 256,6 | 284,8 |
| FND | -17,5 | 110,1 |
| Exportação (Proex) | 665,9 | 552,3 |
| Total | 7.663,8 | 5.891,7 |

/1 Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.
/2 Dados revisados



| OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, JAN-DEZ (R\$ milhões) | | |
|---|-----------------|-----------------|
| DISCRIMINAÇÃO | 2005 | 2006 |
| Sentenças Judiciais | 711,9 | 1.012,4 |
| Legislativo/Judiciário | 3.897,0 | 4.517,9 |
| Crédito Extraordinário | 2.135,7 | 5.321,2 |
| Projeto Piloto de Investimento/3 | 915,2 | 2.752,1 |
| Outras Obrigatórias/1 | 1.415,9 | 1.160,6 |
| Discricionárias/2 | 70.559,4 | 76.365,2 |
| d/q Min. do Desen. Social | 6.473,7 | 9.454,6 |
| Min. da Saúde | 32.246,1 | 34.107,7 |
| Min. da Educação | 7.266,4 | 7.562,7 |
| Min. da Integração Nacional | 816,2 | 1.057,6 |
| Min. do Esporte e Turismo | 185,0 | 399,7 |
| Min. do Turismo | 427,1 | 638,0 |
| Min. dos Transportes | 2.517,7 | 2.234,8 |
| Min. da Previdência Social | 1.381,8 | 848,0 |
| Min. da Fazenda | 1.995,2 | 1.225,8 |
| Demais | 17.250,2 | 18.816,3 |
| Total | 79.635,1 | 91.129,4 |

/1 Inclui doações, indenizações Proexo, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integração de cotas de organismos internacionais.
/2 Inclui Fundo de Combate à Pobreza e emissão TDA para reforma agrária. Não inclui despesas administrativas do FAT. Inclui despesas adicionais vinculadas a projetos do PPI.
/3 Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.178, de 20/09/05 (LDO-2006).

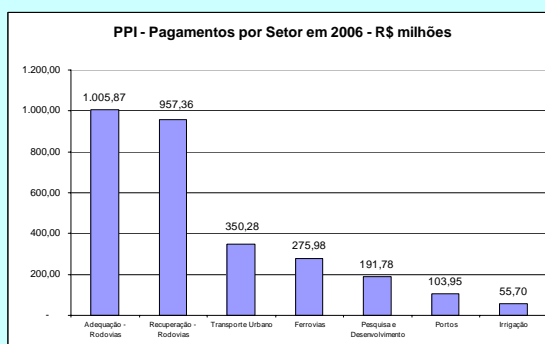
Educação (R\$ 316,3 milhões). Houve queda nos dispêndios do Ministério da Fazenda (R\$ 769,3 milhões) e do Ministério da Previdência Social (R\$ 533,8 milhões).

Boxe 1 – Projeto Piloto de Investimento (PPI)

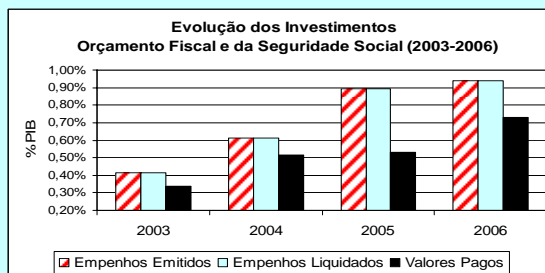
A execução financeira do PPI atingiu R\$ 2,9 bilhões em 2006, incluindo-se neste montante despesas adicionais vinculadas ao PPI – classificadas na rubrica de despesas discricionárias – de R\$ 0,2 bilhão. Do total executado no ano, R\$ 1,9 bilhão refere-se a restos a pagar de 2005 e R\$ 1,0 bilhão a dotações de 2006

Ressalta-se que os valores pagos referentes ao PPI representaram 19% do investimento total da União e 0,14% do PIB. Em 2005, a participação do PPI foi de 11% do investimento total da União e 0,06% do PIB. Portanto, já a partir de 2006, o PPI passou a contribuir objetivamente para o aumento do investimento público, focado em projetos com elevado retorno nos diversos segmentos de infra-estrutura.

A distribuição de pagamentos por setor está demonstrada no Gráfico a seguir:



A seguir, apresenta-se a evolução do investimento público no período de 2003 a 2006.



O montante pago de restos a pagar (RP) correspondeu a R\$ 12,0 bilhões, equivalentes a 74,0% do total de RP inscritos líquidos (menos cancelamentos). No ano anterior, foram pagos R\$ 7,6 bilhões, correspondentes a 79,2% do total de RP inscritos líquidos.

Dos restos a pagar pagos até dezembro R\$ 7,9 bilhões referem-se a despesas com investimentos e inversões, concentrado principalmente nos Ministérios dos Transportes (R\$ 2,4 bilhões), da Saúde (R\$ 1,1 bilhão), das Cidades (R\$ 922,2 milhões), da Defesa (R\$ 718,7 milhões) e da Educação R\$ (R\$ 592,5 milhões). Os principais programas beneficiados desses Ministérios foram a manu-

tenção da malha rodoviária, os corredores Araguaia-Tocantins, Mercosul e Leste, os programas do SUS (“Atenção Básica e Especializada em Saúde” e “Assistência Farmacêutica”) e o Proágua – infra-estrutura e operações especiais.

Em dezembro, a Previdência Social (RGPS) registrou déficit primário de R\$ 2,1 bilhões, R\$ 831,8 milhões (28,9%) inferior ao verificado no mês anterior. Isso decorreu basicamente da elevação da arrecadação de contribuições previdenciárias (empregados e empregadores), de R\$ 10,2 bilhões em novembro para R\$ 17,2 bilhões em dezembro (aumento de 68,3%). Os pagamentos de benefícios previdenciários, por sua vez, subiram de R\$ 13,3 bilhões em novembro para R\$ 19,4 bilhões em dezembro (elevação de 46,2%). Cabe registrar que o aumento da arrecadação em magnitude maior que o acréscimo nos gastos decorreu do fato de que os dispêndios da Previdência com o abono natalino dos seus segurados foram pagos metade em setembro e metade em dezembro, por força do Decreto nº 5.756/2006, enquanto as contribuições previdenciárias incidentes sobre o pagamento das gratificações natalinas pelos empregadores se concentraram em dezembro. No ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 42,1 bilhões, contra R\$ 37,6 bilhões observados em 2005 – crescimento de 11,9%, superior à variação nominal de 7,8% estimada para o PIB de 2006.

Previdência Social

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2005-2006

R\$ milhões

| DISCRIMINAÇÃO | NOV | DEZ | JAN-DEZ | |
|---------------------------------------|-----------------|-----------------|------------------|------------------|
| | 2006 | 2006 | 2005 | 2006 |
| I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA | 10.414,5 | 17.391,1 | 108.434,1 | 123.520,2 |
| Arrecadação Bruta | 11.284,5 | 18.253,0 | 116.604,8 | 133.703,0 |
| - Contribuição Previdenciária | 10.193,2 | 17.150,4 | 109.021,1 | 122.918,9 |
| - Simples | 844,2 | 895,8 | 5.057,1 | 8.225,3 |
| - CFT | 58,7 | 55,3 | 599,8 | 682,6 |
| - Depósitos Judiciais | 146,4 | 109,7 | 1.410,8 | 1.341,2 |
| - Refis | 23,5 | 23,1 | 345,0 | 325,8 |
| - Outras Receitas | 18,4 | 18,6 | 171,0 | 209,3 |
| (-) Restituição/Devolução | -48,1 | -32,1 | -478,2 | -478,4 |
| (-) Transferências a Terceiros | -821,9 | -829,9 | -7.692,5 | -9.704,4 |
| II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS | 13.301,2 | 19.446,0 | 146.010,1 | 165.585,3 |
| III. RESULTADO PRIMÁRIO | -2.886,7 | -2.054,9 | -37.576,0 | -42.065,1 |
| IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB | | | -1,94% | -2,01% |

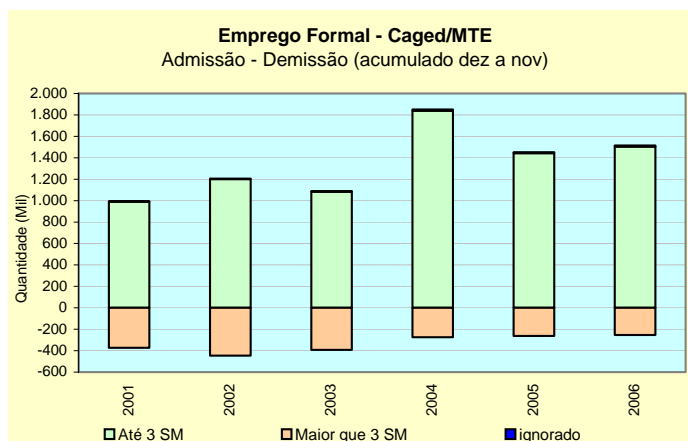
Em dezembro, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 2,1 bilhões. No ano, o déficit acumulado atingiu R\$ 42,1 bilhões, equivalentes a 2,01% do PIB.

Em 2006, a arrecadação líquida cresceu em R\$ 15,1 bilhões (13,9%) frente a 2005. Isso decorreu, em parte, do comportamento do emprego no setor formal. Conforme dados do Caged divulgados pelo MTE, foram gerados 1,259 milhão de novos empregos entre dezembro de 2005 e novembro de 2006, frente a 1,189 milhão de novos postos observados no período equivalente do ano anterior (crescimento de 6,0%). Também foi relevante a elevação da massa salarial, que impacta as contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN-DEZ (R\$ bilhões)

| DISCRIMINAÇÃO | 2005 | 2006 | % |
|---------------------------|--------------|--------------|--------------|
| Contribuição | 108,4 | 123,5 | 13,9% |
| Benefícios | 146,0 | 165,6 | 13,4% |
| Resultado Primário | -37,6 | -42,1 | 11,9% |

Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada de janeiro a novembro de 2006 foi de R\$ 94,7 bilhões contra R\$ 84,2 bilhões no período correspondente em 2005 – uma elevação de 12,5%.



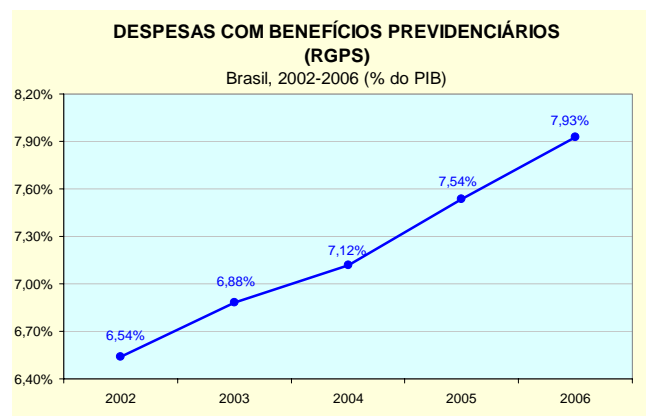
Em 2006, as despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 165,6 bilhões, representando crescimento de R\$ 19,6 bilhões (13,4%) em relação a 2005. Este acréscimo é explicado, principalmente, por dois fatores: i) aumento de R\$ 42,02 (7,9%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo em 16,7% e do aumento dos benefícios com valores acima do piso em 5,0%; e ii) elevação de 472,5 mil (2,3%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

**BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, MÉDIA JAN-DEZ**

| DISCRIMINAÇÃO | 2005 | 2006 | % |
|---------------------|-------|-------|------|
| Quantidade Total* | 23,5 | 24,2 | 2,7% |
| Quantidade RGPS* | 20,8 | 21,3 | 2,3% |
| Valor médio Total** | 503,8 | 545,9 | 8,4% |
| Valor médio RGPS** | 531,4 | 573,5 | 7,9% |

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos. Verifica-se que em 2002 esses gastos correspondiam a 6,54% do PIB; em 2006, corresponderam a 7,93% do PIB. Assim, nos últimos quatro anos, o crescimento médio das despesas com benefícios foi de 0,35 ponto percentual do PIB por ano.



As despesas com benefícios previdenciários do RGPS passaram de 6,54% do PIB em 2002 para 7,93% do PIB em 2006, representando crescimento de 21,25%.

O crescimento do número médio de benefícios pagos em 2006 contra a média de 2005 correspondeu a variações no estoque de 444,2 mil aposentadorias (3,4%), 215,4 mil benefícios assistenciais – LOAS (9,9%) e 151,9 mil pensões por morte (2,6%).

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2005-2006

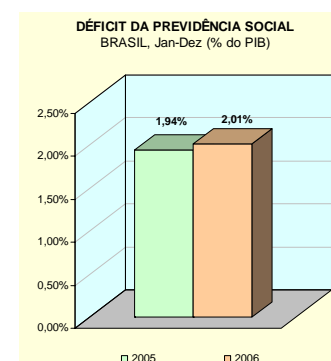
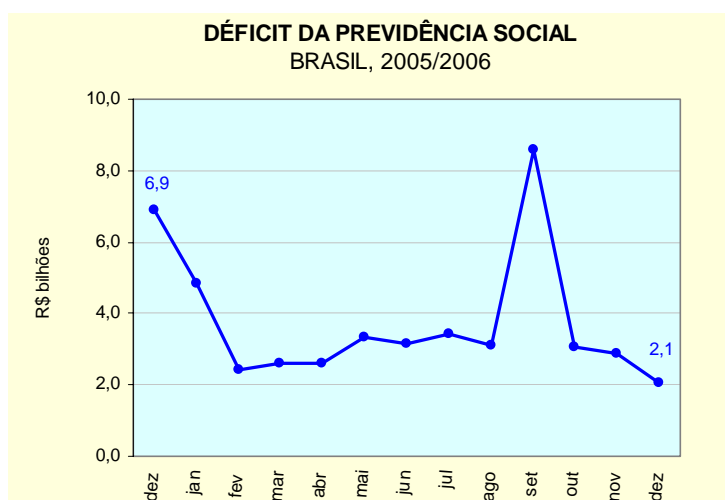
Em mil benefícios

| | NOV | DEZ | MÉDIA JAN-DEZ | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2006 | 2006 | 2005 | 2006 |
| TOTAL | 24.480 | 24.593 | 23.528 | 24.163 |
| Benefícios do RGPS | 21.544 | 21.645 | 20.805 | 21.278 |
| Previdenciários | 20.813 | 20.912 | 20.048 | 20.545 |
| Aposentadorias | 13.412 | 13.447 | 12.832 | 13.270 |
| Idade | 6.892 | 6.915 | 6.566 | 6.802 |
| Invalidez | 2.737 | 2.740 | 2.595 | 2.720 |
| Tempo de contribuição | 3.782 | 3.792 | 3.671 | 3.748 |
| Pensão por morte | 5.909 | 5.921 | 5.704 | 5.857 |
| Auxílio-Doença | 1.418 | 1.469 | 1.442 | 1.344 |
| Salário - maternidade | 40 | 41 | 41 | 41 |
| Outros | 34 | 35 | 29 | 33 |
| Acidentários | 731 | 733 | 757 | 733 |
| Aposentadorias | 147 | 147 | 140 | 146 |
| Pensão por morte | 130 | 129 | 130 | 130 |
| Auxílio - doença | 98 | 101 | 130 | 101 |
| Auxílio - acidente | 270 | 269 | 267 | 269 |
| Auxílio - suplementar | 87 | 86 | 90 | 88 |
| Assistenciais | 2.928 | 2.940 | 2.713 | 2.876 |
| Amparos Assistenciais - LOAS | 2.461 | 2.477 | 2.174 | 2.389 |
| Idoso | 1.175 | 1.184 | 1.003 | 1.132 |
| Portador de deficiência | 1.286 | 1.294 | 1.171 | 1.257 |
| Pensões mensais vitalícias | 16 | 16 | 17 | 16 |
| Rendas mensais vitalícias | 451 | 446 | 523 | 471 |
| Idade | 138 | 136 | 168 | 146 |
| Invalidez | 313 | 311 | 354 | 325 |
| Encargos Previdenciários da União (EPU) | 8 | 8 | 10 | 9 |

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,32 ponto percentual em relação ao ano anterior, sendo insuficiente para cobrir o aumento de 0,39 ponto percentual nos gastos com benefícios previdenciários. Por consequência, o déficit primário do RGPS atingiu 2,01% do PIB, sendo assim 0,07 ponto percentual superior a 1,94% do PIB registrado em 2005.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN-DEZ (% do PIB)

| DISCRIMINAÇÃO | 2005 | 2006 |
|---------------------------|---------------|---------------|
| Contribuição | 5,60% | 5,92% |
| Benefícios | 7,54% | 7,93% |
| Resultado Primário | -1,94% | -2,01% |



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A dívida líquida do Tesouro Nacional encerrou o exercício de 2006 com ligeiro acréscimo de 0,7 ponto percentual em relação ao PIB, composto pelo crescimento da parcela interna em 3,0 pontos e redução da dívida de origem externa em 2,3 pontos.

A DPMFi teve seu perfil melhorado em função do aumento da participação dos títulos prefixados, da redução do custo médio e da ampliação do prazo médio de vencimento.

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional encerrou o exercício de 2006 em R\$ 598,5 bilhões, equivalente a 28,7% do PIB, dos quais R\$ 459,5 bilhões referentes à dívida interna e R\$ 139,0 bilhões à dívida externa. Em relação a novembro, a DLTN aumentou R\$ 5,6 bilhões, incremento esse inferior a 0,1 ponto percentual do PIB, explicado em grande parte pela apropriação, por competência, dos juros nominais da DPMFi. Comparativamente a dezembro de 2005, a DLTN elevou-se em R\$ 56,0 bilhões, o equivalente a 0,7 ponto percentual do PIB, ainda que a Dívida Externa Líquida tenha apresentado redução de R\$ 34,8 bilhões, em função dos diversos e expressivos resgates antecipados das obrigações externas e da apreciação cambial no ano.

Em relação a novembro, os títulos prefixados tiveram sua participação na DPMFi elevada em 0,9 ponto percentual, acompanhada da redução de 1,1 ponto percentual dos papéis indexados à taxa Selic. Dessa forma, os títulos prefixados encerraram o ano com participação próxima à dos atrelados à taxa Selic, 36,1% e 37,5% respectivamente, fato relevante no âmbito da estratégia de melhorar o perfil da dívida mobiliária. No ano, também merecem referência a redução do custo médio da DPMFi, em 2,14 pontos percentuais, e o aumento do prazo médio, 3,57 meses, e da vida média, 6,27 meses.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

| DISCRIMINAÇÃO | R\$ milhões | | |
|---|----------------|----------------|----------------|
| | 2005 | | 2006 |
| | DEZ | NOV | DEZ |
| I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA | 368.675 | 452.738 | 459.546 |
| Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹ | 976.439 | 1.088.499 | 1.100.960 |
| Dívida Contratual da STN | -443.804 | -452.432 | -457.081 |
| Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações | -163.960 | -183.329 | -184.333 |
| II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA | 173.792 | 140.207 | 138.950 |
| Dívida Mobiliária em Poder do Público | 144.156 | 109.784 | 109.033 |
| Títulos Depositados em Garantia | -3.525 | 0 | 0 |
| Dívida Contratual | 33.473 | 30.770 | 30.163 |
| Disponibilidades | -312 | -348 | -246 |
| III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II) | 542.467 | 592.945 | 598.496 |
| IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB | 28,0% | 28,6% | 28,7% |

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

A dívida líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 598,5 bilhões em dezembro, e equivalentes a 28,7% do PIB.

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em mercado encerrou o mês de dezembro com saldo de R\$ 459,5 bilhões, equivalentes a 22,0% do PIB acumulado em 12 meses, montante superior em 0,2 ponto percentual ao observado em novembro. Essa variação decorreu da ampliação do saldo da DPMFi, em 0,3 ponto percentual, não obstante o aumento dos haveres contratuais da STN, fundos, autarquias e fundações, em 0,1 ponto percentual. Em termos nominais, a dívida mobiliária aumentou R\$ 12,5 bilhões, reflexo da apropriação dos juros nominais por competência e das emissões líquidas no mês. Por sua vez, vale mencionar o incremento de R\$ 3,1 bilhões dos haveres no âmbito da Lei nº 9.496/1997, em virtude da correção nominal desses saldos.

Dívida Interna Líquida

Em dezembro, a dívida interna líquida do Tesouro Nacional aumentou R\$ 6,8 bilhões, explicados principalmente pela apropriação por competência dos juros nominais da DPMFi.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

R\$ milhões

| DISCRIMINAÇÃO | 2005 | | 2006 | |
|--|-----------------|------------------|------|------------------|
| | DEZ | NOV | NOV | DEZ |
| DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA | 368.675 | 452.738 | | 459.546 |
| DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO | 976.439 | 1.088.499 | | 1.100.960 |
| LFT | 497.908 | 413.695 | | 406.859 |
| LTN | 263.451 | 342.245 | | 347.639 |
| NTN-B | 73.824 | 166.053 | | 170.984 |
| NTN-C | 66.994 | 67.793 | | 67.393 |
| NTN-D | 5.206 | 1.323 | | 1.321 |
| NTN-F | 9.615 | 39.699 | | 49.223 |
| Demais | 37.908 | 34.315 | | 34.234 |
| Dívida Securitizada | 18.084 | 19.261 | | 19.095 |
| TDA | 3.448 | 4.114 | | 4.213 |
| DÍVIDA CONTRATUAL | -607.764 | -635.761 | | -641.414 |
| <i>Tesouro Nacional</i> | -443.804 | -452.432 | | -457.081 |
| Dívida Bancária | 24.773 | 24.061 | | 23.976 |
| Lei nº 7.976/89 | -5.771 | -3.415 | | -3.088 |
| Lei nº 8.727/93 | -47.719 | -46.768 | | -46.682 |
| Lei nº 9.496/97 | -251.041 | -262.509 | | -265.603 |
| Renegociação Dívida Municipais | -38.082 | -40.408 | | -40.855 |
| Demais Haveres da STN | -125.964 | -123.392 | | -124.828 |
| <i>Fundos, Autarquias e Fundações</i> | -163.960 | -183.329 | | -184.333 |
| FAT | -116.867 | -128.851 | | -129.318 |
| Demais Entidades | -47.093 | -54.478 | | -55.015 |
| DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB | 50,4% | 52,4% | | 52,7% |
| DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB | -31,4% | -30,6% | | -30,7% |
| DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB | -22,9% | -21,8% | | -21,9% |
| DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB | 19,0% | 21,8% | | 22,0% |

A dívida interna líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de dezembro com saldo de R\$ 459,5 bilhões.

Em relação ao final de 2005, a Dívida Interna Líquida aumentou R\$ 90,9 bilhões, o equivalente a 3,0 pontos percentuais do PIB. O saldo da DPMFi cresceu R\$ 124,5 bilhões, ou 2,3 pontos percentuais do PIB, com destaque para as emissões líquidas de títulos indexados ao IPCA (NTN-B) e prefixados (LTN e NTN-F), na ordem de R\$ 77,5 bilhões e R\$ 75,2 bilhões, respectivamente.

Os haveres contratuais do Tesouro Nacional apresentaram declínio em proporção ao PIB de 0,7 ponto percentual, decorrente de vários fatores, dentre

Em 2006, a dívida interna líquida aumentou o equivalente a 3,0 pontos percentuais do PIB, sendo 2,3 pontos relativos ao crescimento da DPMFi e 0,7 ponto referente à redução dos haveres contratuais.

eles: i) amortizações regulares dos programas de refinanciamento de dívidas, em especial daquelas no âmbito das Leis nºs 7.976/1989 e 8.727/1993, pela aproximação dos vencimentos, e quitação da dívida junto ao Clube de Paris; ii) apreciação cambial em 2006 da ordem de 8,7%, refletindo-se nos saldos dos haveres atrelados à moeda norte-americana, como o programa DMLP (Dívida de Médio e Longo Prazo); iii) inscrição na dívida ativa de alguns haveres e conseqüente baixa no saldo da Dívida Líquida do Tesouro Nacional.

Emissões e Resgates

Em dezembro, as emissões da DPMFi totalizaram R\$ 34,5 bilhões, dentre ofertas públicas, emissões diretas e operações do programa Tesouro Direto. Os resgates, por sua vez, corresponderam a R\$ 33,9 bilhões, o que resultou em emissão líquida de R\$ 600,2 milhões. No acumulado do ano, as emissões alcançaram o valor de R\$ 476,7 bilhões e os resgates corresponderam a R\$ 497,4 bilhões, implicando resgate líquido total de R\$ 20,7 bilhões.

TABELA 6
EMISSÕES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2006

R\$ milhões

| FATOS | OFERTAS PÚBLICAS | | EMISSÕES DIRETAS | | TESOURO DIRETO | | TOTAL | |
|----------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|----------------|--------------|-----------------|------------------|
| | Dez | Ano | Dez | Ano | Dez | Ano | Dez | Ano |
| I. EMISSÕES | 33.827,1 | 470.449,8 | 636,8 | 5.471,0 | 55,8 | 765,6 | 34.519,7 | 476.686,5 |
| LFT | 7.501,2 | 91.067,5 | 0,0 | 436,8 | 9,4 | 135,5 | 7.510,6 | 91.639,8 |
| LTN | 12.342,7 | 226.627,6 | 0,0 | 466,6 | 21,2 | 324,0 | 12.363,9 | 227.418,2 |
| NTN-B | 3.368,2 | 111.770,6 | 28,9 | 223,5 | 17,6 | 221,3 | 3.414,8 | 112.215,3 |
| NTN-C | 1.684,9 | 3.712,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 25,4 | 1.684,9 | 3.737,5 |
| NTN-D | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| NTN-F | 8.930,1 | 37.272,1 | 0,0 | 0,0 | 7,6 | 59,5 | 8.937,7 | 37.331,6 |
| TDA | 0,0 | 0,0 | 195,8 | 1.117,1 | 0,0 | 0,0 | 195,8 | 1.117,1 |
| Securitizada* | 0,0 | 0,0 | 255,3 | 1.929,2 | 0,0 | 0,0 | 255,3 | 1.929,2 |
| Demais | 0,0 | 0,0 | 156,7 | 1.297,7 | 0,0 | 0,0 | 156,7 | 1.297,7 |
| II. RESGATES** | 32.928,5 | 459.937,9 | 972,2 | 36.871,9 | 18,8 | 620,0 | 33.919,5 | 497.429,8 |
| LFT | 18.477,3 | 225.277,0 | 0,0 | 18.359,7 | 7,8 | 102,6 | 18.485,2 | 243.739,3 |
| LTN | 11.179,3 | 184.813,1 | 0,0 | 2.698,2 | 4,9 | 361,5 | 11.184,2 | 187.872,7 |
| NTN-B | 436,9 | 33.330,6 | 0,0 | 1.279,0 | 2,9 | 94,4 | 439,8 | 34.704,0 |
| NTN-C | 2.835,0 | 11.838,3 | 0,0 | 343,3 | 1,6 | 46,8 | 2.836,6 | 12.228,4 |
| NTN-D | 0,0 | 2.978,7 | 0,0 | 855,4 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 3.834,2 |
| NTN-F | 0,0 | 1.700,2 | 0,0 | 0,0 | 1,6 | 14,7 | 1,6 | 1.715,0 |
| TDA | 0,0 | 0,0 | 107,7 | 548,4 | 0,0 | 0,0 | 107,7 | 548,4 |
| Securitizada* | 0,0 | 0,0 | 548,7 | 5.753,4 | 0,0 | 0,0 | 548,7 | 5.753,4 |
| Demais | 0,0 | 0,0 | 315,8 | 7.034,5 | 0,0 | 0,0 | 315,8 | 7.034,5 |
| III. VALOR LÍQUIDO (I-II) | 898,6 | 10.511,9 | -335,4 | -31.400,8 | 37,0 | 145,6 | 600,2 | -20.743,3 |

* Inclui dívida agrícola.
** Corresponde aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

As emissões realizadas em dezembro por meio de oferta pública totalizaram R\$ 33,8 bilhões, sendo: i) R\$ 12,3 bilhões em LTN, com vencimentos em julho e outubro de 2007 e julho de 2008; ii) R\$ 8,9 bilhões em NTN-F, com vencimentos em janeiro de 2010, 2012 e 2014; iii) R\$ 7,5 bilhões em LFT, com vencimentos em março de 2010 e 2012; iv) R\$ 3,4 bilhões em NTN-B, com vencimentos em maio de 2011, 2015, 2035 e 2045, agosto de 2024

e novembro de 2009; e v) R\$ 1,7 bilhão em NTN-C, com vencimentos em abril de 2021, julho de 2017 e janeiro de 2031.

No ano, as emissões por meio de oferta pública totalizaram R\$ 470,4 bilhões, das quais se destacaram as emissões de LTN (R\$ 226,6 bilhões), de NTN-F (R\$ 37,3 bilhões), de NTN-B (R\$ 111,8 bilhões) e de LFT (R\$ 91,1 bilhões). Os resgates de LFT, de LTN, de NTN-F e de NTN-B atingiram os valores de R\$ 225,3 bilhões, R\$ 184,8 bilhões, R\$ 1,7 bilhão e R\$ 33,3 bilhões, respectivamente. Dessa forma, houve emissões líquidas de LTN (R\$ 39,5 bilhões), NTN-F (R\$ 35,6 bilhões) e NTN-B (R\$ 77,5 bilhões) e resgate líquido de LFT (R\$ 152,1 bilhões) em 2006. Tal resultado revela o êxito do Tesouro Nacional em sua diretriz de aumentar a participação dos títulos prefixados e remunerados a índices de preços no estoque da dívida ao longo de 2006 e, por outro lado, reduzir a participação da LFT no estoque da DPMFi.

As emissões diretas de títulos da DPMFi em dezembro totalizaram R\$ 636,8 milhões, sendo as mais importantes: i) R\$ 255,3 milhões em títulos da dívida securitizada (CVS - séries A, B, C e D) para novação de dívidas com diversos credores; ii) R\$ 195,8 milhões em títulos da dívida agrária, para fins de indenizações para desapropriações de reforma agrária; iii) R\$ 126,5 milhões em NTN-I para o Proex; iv) R\$ 30,2 milhões em CFT-E1 para o Fies; e v) R\$ 28,9 milhões em NTN-B em permuta por NTN-C com base na Lei nº 10.179/2001.

Em 2006, as emissões líquidas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 10,5 bilhões. O título de maior emissão líquida foi a NTN-B, seguido pela LTN.

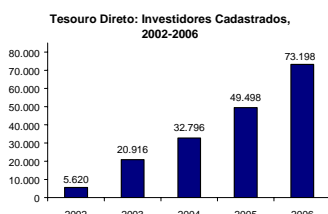
| EMISSÕES DIRETAS EM 2006 - Totais | |
|---|------------------|
| Finalidade | (R\$ mil) |
| | TOTAL |
| Constituição de Fundo de Contingências para o Banco do Estado do Ceará | 134.341 |
| Contrato de Assunção, Renegociação e Quitação de Dívida com o BANESPA | 35.086 |
| FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior | 696.343 |
| FUNAD - Fundo Nacional Antidrogas | 4.674 |
| Novação de dívida c/ Emp.de Gestão Rec.Hum.e Patrim.de Mato Grosso do Sul | 9.588 |
| Novação de dívida com a Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX | 369 |
| Novação de dívida com a Caixa de Construções de Casas p/Pessoal do Min.Marinha | 376.818 |
| Novação de dívida com a Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica | 21.059 |
| Novação de dívida com a Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Militar | 5.355 |
| Novação de dívida com a Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Naval | 165.506 |
| Novação de dívida com a Emp.de Gestão de Rec.Humanos e Patrimônio de Mato Grosso do Sul | 32.368 |
| Novação de dívida com a Fund. Vale do Rio Doce de Hab.e Desenv. Social - FVRD | 3.802 |
| Novação de dívida com a Vivenda-Assoc.de Poupança e Empréstimo-em liquidação | 1.492 |
| Novação de dívida com o Banco do Estado de Alagoas S.A. - Em Liquidação - BEAL | 43.623 |
| Novação de dívida com o Banco Santander Brasil S.A. | 53.275 |
| Novação de Dívida com o BANPARÁ | 147.836 |
| Novação de dívida com o Estado de Alagoas | 34.891 |
| Novação de dívida com o FGTS | 232.999 |
| Novação de Dívida com o IPESP | 75.047 |
| Permuta por LFT-A para o Banco do Estado do Pará - BANPARÁ | 217.288 |
| Permuta por LFT-B para a Caixa Econômica Federal | 79.050 |
| Permuta por LFT-B para o Banco do Estado do Ceará-BEC | 140.497 |
| Permuta por NTN-I do Citibank | 35.420 |
| Permuta por NTN-I para o BankBoston | 124.049 |
| Permuta por títulos da Dívida Pública Federal | 28.928 |
| PROEX - Programa de Financiamento às Exportações | 419.919 |
| Programa Nacional de Desestatização - PND | 41.510 |
| Renegociação e quitação de dívida do PROAGRO entre a União e o Banco Mercantil do Brasil S.A. | 904 |
| Solicitação do INCRA (Indenização de desapropriações para reforma agrária) | 1.117.144 |
| Permuta de Dívida Agrícola por Títulos da Dívida Pública Federal | 717.664 |
| Permuta de LTN por Títulos da Dívida Pública Federal | 466.643 |
| Novação de dívida-Vivenda-Assoc.de Poupança e Empréstimo-em liquidação | 85 |
| Novação de dívida-Caixa de Financiamento Imob.da Aeronáutica | 1.133 |
| Novação de dívida-Caixa de Const.de Casas p/Pessoal do Min.Marinha | 4.752 |
| Novação de dívida com diversos credores - Juros decorridos | 1.590 |
| TOTAL GERAL | 5.471.047 |

As colocações diretas em 2006 totalizaram R\$ 5,5 bilhões, com destaque para os TDA empregados no programa de reforma agrária.

Boxe 2 – Tesouro Direto

Em dezembro, o Tesouro Direto, programa de venda de títulos públicos a pessoas físicas via internet, alcançou R\$ 55,8 milhões em vendas. O título mais demandado pelos investidores foi a LTN, representando 38,1% do montante vendido, seguido pela NTN-B (incluindo NTN-B Princi-pal), com 31,5%, e pela LFT, com 16,8%.

O volume de vendas e o número de investidores cadastrados no ano de 2006 atingiram, respectivamente, as cifras de R\$ 765,6 milhões e 23.700 investidores. No mês, ocorreu o cadastro de 1.585 novos investidores no Tesouro Direto. Destaca-se que este número, desde o início do programa, atingiu 73.198 pessoas, apresentando aumento de 47,9% em relação ao número de investidores acumulados até dezembro do ano anterior.



Composição

No que tange ao total de emissões diretas em 2006, o valor atingido foi de R\$ 5,5 bilhões e a sua composição pode ser observada na tabela da página anterior. Destacaram-se as emissões para: i) indenização por desapropriações para reforma agrária, R\$ 1.117,1 milhões; ii) permuta de dívida agrícola por títulos da DPF, R\$ 717,7 milhões; e iii) para o Fies, R\$ 696,3 milhões.

As emissões realizadas por meio da venda de títulos pela internet, Programa Tesouro Direto, totalizaram R\$ 55,8 milhões em dezembro, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 21,2 milhões em LTN com vencimentos em julho e outubro de 2007, janeiro, abril e julho de 2008 e janeiro de 2009; ii) R\$ 17,6 milhões em NTN-B com vencimentos maio de 2009, 2011, 2015, 2035 e 2045, e agosto de 2008, 2010 e 2024; iii) R\$ 9,4 milhões em LFT com vencimentos em março de 2010 e 2012; e iv) R\$ 7,6 milhões em NTN-F com vencimentos em janeiro de 2008, 2010, 2012 e 2014 (detalhes no boxe 2).

Em 2006, quinto ano de existência do programa, as vendas de títulos públicos pela internet alcançaram o montante de R\$ 765,6 milhões, aumento de 17% em relação a 2005, quando o volume vendido foi de R\$ 656,6 milhões. No que diz respeito ao número de investidores cadastrados, verificou-se aumento de 47,9% relativamente ao ano de 2005 (73.198 em 2006, contra 49.498 em 2005).

O volume total de títulos da DPMFi resgatados em dezembro atingiu R\$ 33,9 bilhões, sendo R\$ 25,9 bilhões em pagamento de principal e juros e R\$ 8,0 bilhões referentes a cancelamentos, sendo os mais importantes: i) R\$ 4,9 bilhões em LTN e R\$ 70,7 milhões em LFT aceitas no leilão de troca de LTN; ii) R\$ 1,1 bilhão em LFT e R\$ 80,5 milhões em NTN-C, aceitas no leilão de troca de NTN-C; iii) R\$ 994,1 milhões em LFT, aceitas nos leilões de troca desse mesmo título; iv) R\$ 424,2 milhões em LFT, R\$ 307,1 milhões de NTN-B e R\$ 35,7 milhões de NTN-C, todas aceitas no leilão de troca de NTN-B; e v) R\$ 22,2 milhões em NTN-C, em permuta por NTN-B (Lei nº 10.179/2001).

Em relação à composição da DPMFi em poder do público, observou-se no mês redução de 1,1 ponto percentual na participação de títulos remunerados pela taxa Selic, devido ao resgate líquido de LFT, no valor de R\$ 11,0 bilhões. A participação de títulos prefixados aumentou em 0,9 ponto percentual em função das emissões líquidas de NTN-F e LTN, no valor de R\$ 8,9 bilhões e R\$ 1,2 bilhão, respectivamente. Quanto aos títulos indexados a índices de preços, houve acréscimo de 0,2 ponto percentual em função da emissão líquida de NTN-B, no valor de R\$ 3,0 bilhões.

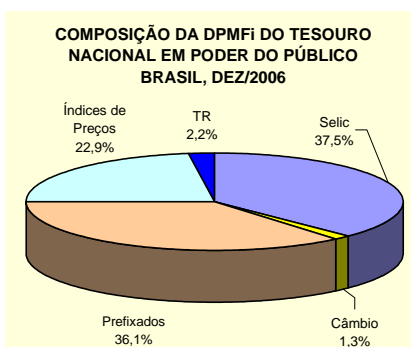
Comparando o final de 2006 com dezembro de 2005, destacam-se a redução da participação dos títulos remunerados pela taxa Selic, que passou de 51,9%, em dezembro de 2005, para 37,5%, ao final de 2006, e o expressivo aumento da participação dos títulos prefixados e remunerados a índices de preços, cujas participações passaram, respectivamente, de 28,0% e 16,0%, em 2005, para 36,1% e 22,9%, em 2006.

Em dezembro, os títulos indexados à taxa Selic tiveram sua participação na DPMFi reduzida em cerca de 1,0 ponto percentual, ao passo que a parcela dos títulos prefixados aumentou aproximadamente na mesma magnitude.

TABELA 7
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE* BRASIL, 2005/2006 (%)

| INDEXADOR | 2005 | | 2006 |
|-------------------|-------|-------|-------|
| | DEZ | NOV | DEZ |
| Selic | 51,87 | 38,59 | 37,50 |
| Câmbio | 2,01 | 1,31 | 1,29 |
| Prefixados | 28,01 | 35,15 | 36,09 |
| Índices de Preços | 15,95 | 22,76 | 22,92 |
| TR | 2,16 | 2,19 | 2,20 |

* Não inclui dívida agrícola.



Em 2006, a parcela dos títulos vinculados à taxa Selic caiu 14,4 pontos percentuais, substituída pelos prefixados e indexados a índices de preços, os quais representam atualmente 59,0% da DPMFi.

Boxe 3 – Títulos Indexados a Índices de Preços

O Tesouro Nacional realizou, no mês de dezembro, leilões de NTN-B, remuneradas pelo IPCA, e NTN-C, remuneradas pelo IGP-M. O montante emitido de NTN-C, em dezembro, foi de R\$ 1,7 bilhão. No leilão realizado nos dias 29 e 30 de novembro, com liquidação financeira no dia 1º de dezembro, foram ofertados títulos com vencimentos em 2017, 2021 e 2031, sendo que as taxas de venda desses títulos foram de 8,10% a.a., 7,90% a.a. e 7,77% a.a., respectivamente. Nesse leilão, 70,7% (R\$ 1,2 bilhão) foram recebidos em troca por outros títulos e 29,3% (R\$ 492,9 milhões) foram recebidos em dinheiro. Ressalta-se que a NTN-C com vencimento em 2031 foi o título mais demandado, representando 51,0% do total negociado.

No que diz respeito às NTN-B, o montante vendido em dezembro foi de R\$ 3,4 bilhões. No primeiro leilão, realizado nos dias 5 e 6 de dezembro, foram ofertados títulos com vencimentos em 2009, 2011, 2015, 2024, 2035 e 2045, sendo que as taxas de venda para os títulos foram de 8,62% a.a., 8,64% a.a., 8,34% a.a., 7,90% a.a., 7,70% a.a. e 7,65% a.a., respectivamente. O montante vendido foi de R\$ 1,9 bilhão, sendo que o título mais vendido foi a NTN-B com vencimento em 2015, representando 42,4% (R\$ 872,2 milhões) do total arrecadado naquele leilão. Do montante total de títulos vendidos, 69,5% (R\$ 1,3 bilhão) foram emitidos mediante pagamento em dinheiro e 30,5% (R\$ 563,8 milhões) foram emitidos em troca por títulos com menor prazo médio. O segundo leilão de NTN-B foi realizado nos dias 19 e 20 de dezembro, quando foram ofertados títulos com vencimentos em 2009, 2011 e 2015. O montante vendido foi de R\$ 1,5 bilhão, sendo que 86,1% (R\$ 1,3 bilhão) foram recebidos em dinheiro e 13,9% (R\$ 210,7 milhões) em troca por outros títulos. A NTN-B com vencimento em 2011 foi o título mais vendido, saindo à taxa de 8,15% a.a.. As NTN-B com vencimentos em 2009 e 2011 foram vendidas às taxas de 8,17% a.a. e 7,99% a.a., respectivamente.

O montante resgatado de títulos remunerados por índices de preços foi de aproximadamente R\$ 3,3 bilhões, sendo que R\$ 2,7 bilhões corresponderam aos vencimentos e R\$ 569,0 milhões aos títulos recebidos nos leilões de compra e troca. Considerando que as emissões foram de R\$ 5,1 bilhões (R\$ 3,4 bilhões em NTN-B e R\$ 1,7 bilhão em NTN-C), a emissão líquida equivaleu a R\$ 1,8 bilhão.

Custo Médio

O custo médio anualizado da DPMFi em poder do público apresentou redução, ao passar de 14,98% a.a., em novembro, para 14,19% a.a., em dezembro. Essa redução é explicada em grande medida pela menor variação do IGP-M (0,32%, em dezembro, contra 0,75%, em novembro) que provocou uma redução no custo da NTN-C, e pela apreciação de 1,3% do real frente ao dólar americano, reduzindo o custo da NTN-D. Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi reduziu-se de 14,89% a.a., em novembro, para 14,55% a.a., em dezembro.

O custo médio anualizado da DPMFi reduziu-se de 14,98%, em novembro, para 14,19%, em dezembro, explicado em grande medida pelo comportamento do IGP-M, pela apreciação cambial ocorrida no mês e pela diminuição da taxa Selic.

TABELA 8
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO
TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

(% anual)

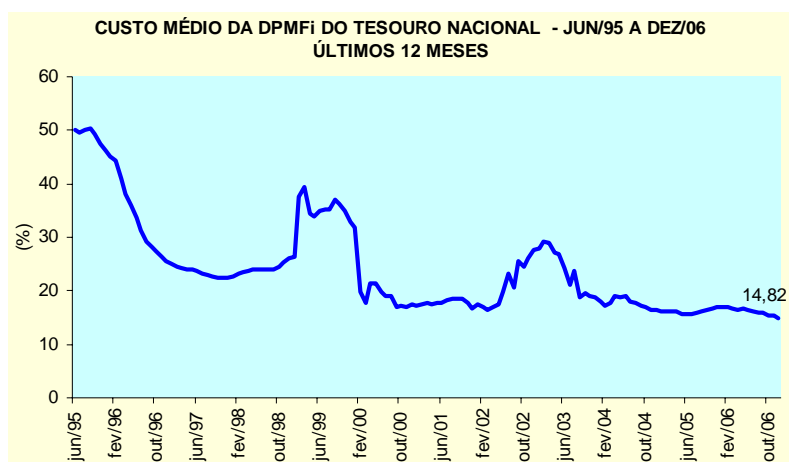
| PERÍODO | | TOTAL (1) | TOTAL (2) |
|-------------|-----|-----------|-----------|
| 2005 | Dez | 17,09 | 18,44 |
| 2006 | Jan | 18,06 | 16,40 |
| | Fev | 16,68 | 15,40 |
| | Mar | 15,89 | 16,11 |
| | Abr | 15,14 | 13,97 |
| | Mai | 15,30 | 17,33 |
| | Jun | 14,88 | 13,27 |
| | Jul | 14,91 | 14,90 |
| | Ago | 14,50 | 14,01 |
| | Set | 14,60 | 14,86 |
| | Out | 14,90 | 14,50 |
| | Nov | 14,89 | 14,98 |
| | Dez | 14,55 | 14,19 |

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio

(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

Em 2006, o custo médio da DPMFi totalizou 14,82% a.a., contra 16,96% a.a. em 2005. Essa redução está associada à diminuição da taxa Selic, da inflação medida pelo IPCA e às melhores condições de emissão dos títulos prefixados.

No acumulado dos últimos 12 meses, o custo médio da DPMFi em poder do público apresentou redução, ao passar de 15,31% a.a., em novembro, para 14,82% a.a., em dezembro. Essa redução ocorreu em virtude da queda da taxa Selic (0,99% em dezembro de 2006, contra 1,47% no mesmo mês do ano anterior); e da apreciação do real frente ao dólar americano (1,3% em dezembro de 2006, contra depreciação de 6,1% no mesmo mês do ano anterior). Comparando-se o custo médio acumulado em 12 meses da DPMFi ao final dos dois períodos, observa-se que o indicador apresentou decréscimo de 2,14 pontos percentuais, já que em dezembro de 2005 seu valor foi de 16,96% a.a.. Vários fatores contribuíram para esse comportamento, dentre eles as reduções da taxa Selic, da inflação medida pelo IPCA, com reflexos nas LFT e NTN-B e do custo de emissão das LTN.



Em dezembro, o prazo médio da DPMFi em poder do público aumentou 0,10 mês, passando de 30,96 meses para 31,06 meses. No período, a elevação do prazo médio nas emissões de LFT (0,41 mês) e NTN-C (3,21 meses) compensou a redução do prazo médio dos demais títulos, decorrente da aproximação de suas datas de vencimentos. A vida média, conceito que considera apenas os fluxos de principal, ponderados pelos respectivos prazos, aumentou de 46,11 meses, em novembro, para 46,55 meses, em dezembro.

Em comparação com dezembro de 2005, os dois indicadores apresentaram elevação. O prazo médio passou de 27,49 meses, em dezembro de 2005, para 31,06 meses, em dezembro de 2006. No mesmo período, a vida média passou de 40,28 meses para 46,55 meses.

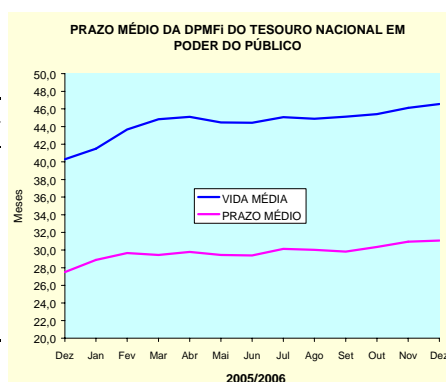
Prazo Médio

Em comparação a dezembro de 2005, o prazo médio da DPMFi em poder do público cresceu 3,57 meses e a vida média cresceu 6,62 meses.

**TABELA 9
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM
PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006**

| PERÍODO | VIDA MÉDIA (1) | PRAZO MÉDIO (2) | |
|----------|----------------|-----------------|--------------|
| | | TOTAL | OF. PUB. (3) |
| 2005 Dez | 40,28 | 27,49 | 21,90 |
| 2006 Jan | 41,50 | 28,89 | 23,50 |
| Fev | 43,67 | 29,67 | 24,59 |
| Mar | 44,83 | 29,45 | 24,43 |
| Abr | 45,09 | 29,79 | 24,83 |
| Mai | 44,46 | 29,44 | 24,44 |
| Jun | 44,43 | 29,38 | 24,55 |
| Jul | 45,07 | 30,12 | 25,27 |
| Ago | 44,89 | 30,01 | 25,22 |
| Set | 45,10 | 29,82 | 25,11 |
| Out | 45,42 | 30,35 | 25,76 |
| Nov | 46,11 | 30,96 | 26,56 |
| Dez | 46,55 | 31,06 | 26,72 |

(1) Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.
(2) Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.
(3) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública



**PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM
PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006**

| TÍTULOS | 2006 | | |
|----------------------|--------------|--------------|--------------|
| | DEZ | NOV | DEZ |
| LTN | 9,46 | 9,82 | 9,23 |
| LFT | 19,05 | 22,09 | 22,50 |
| NTN-B | 58,82 | 58,46 | 57,66 |
| NTN-C | 78,74 | 78,21 | 81,42 |
| NTN-D | 12,03 | 17,78 | 16,81 |
| TDA | 63,66 | 60,20 | 60,39 |
| Dívida Securitizada* | 87,84 | 85,60 | 87,00 |
| Demais | 83,26 | 63,40 | 59,34 |
| TOTAL | 27,49 | 30,96 | 31,06 |

(*) Inclui dívida agrícola.

Dívida Externa Líquida

Em dezembro, o saldo da Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional atingiu R\$ 139,0 bilhões, contra R\$ 140,2 bilhões observados em novembro. Essa redução é explicada basicamente pela apreciação cambial de 1,3% ocorrida no mês, uma vez que o saldo em dólar aumentou 0,4% em função da reabertura do *Global BRL 2022*, no valor de R\$ 750 milhões.

Em 2006, o estoque da Dívida Externa Líquida apresentou redução de R\$ 34,8 bilhões, equivalentes a 2,3 pontos percentuais do PIB. Além dos vencimentos regulares, ocorreram expressivos resgates antecipados de títulos, exercício da *call* dos *bradies* e pagamento antecipado ao Clube de Paris, com o intuito de aproveitar as condições externas favoráveis para reduzir a vulnerabilidade externa do país, ao diminuir tanto o risco cambial quanto o de refinanciamento, melhorando o perfil da curva de juros da dívida externa. Tais resgates superaram em R\$ 41,3 bilhões as emissões e os desembolsos das operações contratadas junto aos organismos multilaterais, as quais totalizaram cerca de R\$ 17,0 bilhões. Além da redução do saldo em moeda estrangeira, também contribuiu para a queda da Dívida Externa Líquida a apreciação em 8,7% no ano do real frente ao dólar.

Em 2006, a dívida externa líquida reduziu-se em R\$ 34,8 bilhões, ou 2,3 pontos percentuais do PIB, devido aos expressivos resgates realizados ao longo do ano e à apreciação cambial.

Relativamente ao mês anterior, a dívida externa líquida expressa em reais diminuiu R\$ 1,2 bilhão, devido à apreciação cambial.

TABELA 10
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

R\$ milhões

| DISCRIMINAÇÃO | 2005 | | 2006 | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | DEZ | NOV | NOV | DEZ |
| I. DÍVIDA MOBILIÁRIA | 144.156 | 109.784 | 109.784 | 109.076 |
| Bônus de Renegociação | 16.844 | 470 | 470 | 463 |
| Bônus de Captação | 127.312 | 109.315 | 109.315 | 108.613 |
| II. DÍVIDA CONTRATUAL | 33.473 | 30.770 | 30.770 | 30.163 |
| Organismos Multilaterais | 22.230 | 24.677 | 24.677 | 24.367 |
| Bancos Privados/Ag. Governamentais | 7.190 | 6.093 | 6.093 | 5.796 |
| Clube de Paris | 4.052 | 0 | 0 | 0 |
| DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II) | 177.629 | 140.555 | 140.555 | 139.239 |
| III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA | -3.525 | 0 | 0 | 0 |
| IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES | -312 | -348 | -348 | -246 |
| DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV) | 173.792 | 140.207 | 140.207 | 138.993 |
| DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB | 9,0% | 6,8% | 6,8% | 6,7% |

O serviço da DPFe, em dezembro, totalizou R\$ 492,5 milhões, dos quais R\$ 353,3 milhões referem-se ao pagamento de juros e encargos e R\$ 139,3 milhões ao pagamento de principal. No acumulado de 2006, o serviço da DPFe totalizou R\$ 58,3 bilhões, sendo R\$ 41,7 referentes ao pagamento de principal e R\$ 16,6 bilhões ao pagamento de juros e encargos. Destacam-se, no volume total de serviços da Dívida Externa, os pagamentos referentes às recompras dos títulos

da DPFe, no âmbito dos já citados Programa de Resgate Antecipado e *call* dos *bradies*, que totalizaram R\$ 28,8 bilhões.

TABELA 11
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, 2006

R\$ milhões

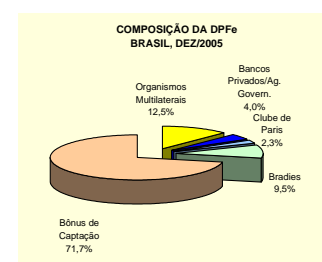
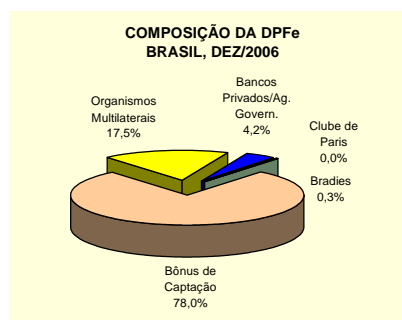
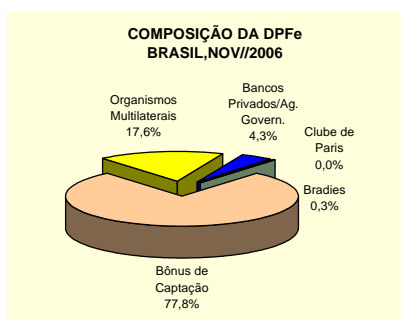
| DISCRIMINAÇÃO | DEZEMBRO | | | JANEIRO-DEZEMBRO | | |
|---------------------------------|--------------|------------------|--------------|------------------|------------------|-----------------|
| | PRINCIPAL | JUROS E ENCARGOS | TOTAL | PRINCIPAL | JUROS E ENCARGOS | TOTAL |
| I. ENCARGOS TOTAIS | 139,3 | 353,3 | 492,5 | 41.659,7 | 16.591,4 | 58.251,1 |
| I.1. Organismos Multilaterais | 23,6 | 108,8 | 132,5 | 1.279,7 | 1.055,7 | 2.335,4 |
| I.2. Bancos Privados/Ag Govern. | 58,4 | 85,4 | 143,8 | 1.029,8 | 487,8 | 1.517,5 |
| I.3. Clube de Paris | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 3.862,3 | 44,9 | 3.907,2 |
| I.4. Dívida Mobiliária | 57,2 | 159,0 | 216,2 | 35.487,9 | 15.003,1 | 50.491,0 |
| PAGAMENTO NORMAL | | | | | | |
| Bônus de Renegociação | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 13.901,3 | 407,6 | 14.308,9 |
| Globais | 57,2 | 156,8 | 214,0 | 3.452,0 | 9.216,3 | 12.668,2 |
| Euros | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 1.748,6 | 1.529,3 | 3.277,9 |
| Demais | 0,0 | 2,3 | 2,3 | 1.104,1 | 335,1 | 1.439,2 |
| RECOMPRAS | | | | | | |
| Bônus de Renegociação | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 945,7 | 13,3 | 959,0 |
| Globais | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 8.953,2 | 1.721,6 | 10.674,8 |
| Euros | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 1.939,7 | 412,0 | 2.351,6 |
| Demais | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 528,4 | 38,3 | 566,7 |
| TENDER OFFER | | | | | | |
| Bônus de Renegociação | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Globais | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 2.834,2 | 753,7 | 3.587,9 |
| Euros | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 80,7 | 14,1 | 94,8 |
| Demais | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 5,9 | 5,9 |
| EXCHANGE OFFER | | | | | | |
| Bônus de Renegociação | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Globais | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 556,0 | 556,0 |
| Euros | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Demais | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,1 |

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 492,5 milhões no mês. No ano, tais despesas totalizaram R\$ 58,3 bilhões.

Em relação à composição da DPFe, em dezembro houve pequeno aumento da participação dos Bônus de Captação, de 77,8% para 78,0%, em função da já citada reabertura do bônus *Global BRL 2022* (maiores detalhes da operação no boxe 3). No ano de 2006 ocorreram importantes alterações na composição da DPFe, como o pagamento antecipado da quase totalidade dos títulos da dívida renegociada, *bradies* e a quitação das obrigações junto ao Clube de Paris. Ao final de 2005, os *bradies* correspondiam a 9,5% da DPFe, enquanto que em dezembro de 2006 esse percentual reduziu-se para 0,3, remanescendo apenas o *Brazil Investment Bond* (BIB), considerado um pré-*brady*. Quanto às obrigações junto ao Clube de Paris, equivaliam a 2,3% da DPFe em 2005, integralmente quitadas em 2006.

Composição

Em dezembro, os bônus de captação tiveram sua participação no conjunto da DPFe aumentada em 0,2 ponto percentual, principalmente em função da reabertura do BRL 2022.



Em 2006, os bônus de captação e as obrigações com organismos multilaterais tiveram sua participação na DPFe elevada em 6,3 e 5,0 pontos percentuais, respectivamente.

Em contrapartida, as participações dos Bônus de Captação e dos Organismos Multilaterais cresceram em 6,3 e 5,0 pontos percentuais, respectivamente. Esse aumento se deve, além das emissões de títulos e dos desembolsos de operações contratadas junto ao BID, aos mencionados resgates dos bônus de renegociação das obrigações junto ao Clube de Paris. Atualmente, os Bônus de Captação representam parcela majoritária da DPFe, 78,0%, seguido pelas obrigações junto a Organismos Multilaterais, 17,5%, e Bancos Privados, 4,2%.

Custo e Prazo Médios

Em dezembro, tanto o prazo médio quanto a vida média da dívida mobiliária externa ficaram estáveis, em 6,80 e 13,82 anos, respectivamente. Já em relação a dezembro de 2005, o prazo médio e a vida média aumentaram 0,48 e 1,52 ano, respectivamente.

TABELA 12
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL EXTERNA
BRASIL, 2005/2006

| DISCRIMINAÇÃO | 2005 | | 2006 | |
|--------------------------------------|---------------|--------------|--------------|--------------|
| | DEZ | NOV | NOV | DEZ |
| PRAZO MÉDIO (1) | 6,32 | 6,87 | 6,87 | 6,80 |
| Bônus de Renegociação | 6,16 | 3,15 | | 3,06 |
| Bônus de Captação | 6,34 | 6,89 | | 6,81 |
| Globais | 7,04 | 7,69 | | 7,61 |
| Euros | 3,68 | 3,83 | | 3,74 |
| Real | 5,74 | 6,07 | | 6,09 |
| Demais | 1,16 | 0,58 | | 0,50 |
| VIDA MÉDIA (2) | 12,30 | 13,85 | 13,85 | 13,82 |
| Bônus de Renegociação | 10,32 | 6,79 | | 6,71 |
| Bônus de Captação | 12,56 | 13,91 | | 13,85 |
| Globais | 14,30 | 16,05 | | 15,98 |
| Euros | 4,92 | 11,45 | | 11,79 |
| Demais | 1,25 | 0,60 | | 5,05 |
| CUSTO MÉDIO (3) | 9,42 | 9,59 | 9,59 | 9,62 |
| Bônus de Renegociação | 5,41 | 6,00 | | 6,00 |
| Bônus de Captação | 9,95 | 9,61 | | 9,63 |
| Globais | 10,14 | 9,76 | | 9,78 |
| Euros | 9,93 | 9,34 | | 9,34 |
| Demais | 6,08 | 6,67 | | 6,68 |
| CUSTO MÉDIO - Nova Metod. (4) | (4,70) | 11,45 | 11,45 | 3,66 |
| Bônus de Renegociação | (6,95) | 3,83 | | (3,38) |
| Bônus de Captação | (4,29) | 11,78 | | 3,92 |
| Globais | (1,67) | 8,86 | | 1,15 |
| Euros | (16,10) | 20,90 | | 11,36 |
| Real | - | 13,10 | | 12,98 |
| Demais | (18,59) | 12,36 | | 1,42 |

(1) Em anos. Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.

(2) Em anos. Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.

(3) Custo Médio em dólares (% ao ano).

(4) Custo Médio em reais acumulado em 12 meses (%). Considera a *yield* de emissão do título mais a variação cambial, ponderada pelo seu respectivo estoque.

Em dezembro, o custo médio da DPMFe acumulado em 12 meses foi de 3,66% a.a..

De acordo com a nova metodologia, que considera a *yield* de emissão do título mais a variação cambial, o custo médio da dívida mobiliária externa acumulado nos últimos 12 meses passou de 11,45% a.a., em novembro, para 3,66% a.a., em dezembro. Essa redução é explicada pela apreciação do real frente às moedas estrangeiras (dólar, euro, iene e libra), que foi maior em dezembro de 2006 comparada ao mesmo mês no ano anterior. Em relação ao ano anterior, esse indicador apresentou elevação de 8,36 pontos percentuais, ao passar de -4,70% a.a. em dezembro de 2005 para 3,66% a.a. em dezembro de 2006.

Pelo conceito tradicional, o qual reflete apenas a média ponderada dos cupons de emissão dos títulos, ocorreu uma elevação do custo médio mensal, de 9,59% a.a. em novembro para 9,62% a.a. em dezembro. Em relação a 2005, esse indicador apresentou pequena elevação, da ordem de 0,2 ponto percentual.

Boxe 4 – Reabertura do *Global BRL 2022*

O Tesouro Nacional realizou, no dia 4 de dezembro, a segunda reabertura do bônus *Global BRL 2022*, quando foram emitidos R\$ 750 milhões, aproximadamente US\$ 346 milhões. O cenário internacional favorável fez com que a operação, liderada pelos bancos Morgan Stanley e Goldman Sachs, e que contou com a colaboração do banco Itaú como *co-manager*, tivesse demanda bastante superior ao volume emitido, isso possibilitou ao Tesouro Nacional selecionar as melhores condições e, conseqüentemente, emitir o bônus com custos inferiores aos incorridos nas operações anteriores.

O bônus de quinze anos referenciado em reais foi vendido ao preço de 105,875% do seu valor de face, resultando em *yield* de 11,663% a.a.. O investidor receberá cupom de juros de 12,50% a.a., pagos semestralmente nos dias 5 de janeiro e 5 de julho de cada ano. Com a nova reabertura, o estoque total do título em mercado atingiu R\$ 3,0 bilhões (aproximadamente US\$ 1,4 bilhão), o que concede ao papel maior liquidez em suas negociações no mercado secundário.

Com a operação, o Tesouro Nacional reforça o *Global BRL 2022* como o segundo ponto de *benchmark* na curva de juros externa em moeda local, que já possuía o bônus denominado em reais com vencimento em 10 anos, o *Global BRL 2016*, emitido em setembro de 2005. Da mesma forma, alonga-se a curva prefixada a um custo inferior àquele observado no mercado interno, respeitando assim a diretriz de realização de emissões qualitativas no âmbito do programa de financiamento da DPF para o biênio 2007-2008.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A6-B – Dívida Externa do Tesouro Nacional (incorpora juros nominais por competência)

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

d) Outras Informações

Tabela A9 – Custeio por Órgão até Dezembro 2005/2006

Tabela A10 – Investimento por Órgão até Dezembro 2005/2006

e) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia
SRF – Secretaria da Receita Federal

Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

| | Dez/2005 | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez/2006 |
|---|------------------|------------------|-----------------|------------------|------------------|-----------------|------------------|-----------------|------------------|-----------------|------------------|-----------------|-----------------|
| I. RECEITA TOTAL | 55.817,9 | 45.552,7 | 38.580,9 | 41.454,8 | 48.903,5 | 42.325,3 | 44.372,6 | 44.829,4 | 45.405,3 | 44.716,8 | 46.788,6 | 42.710,6 | 57.611,4 |
| I.1. Receitas do Tesouro | 40.231,3 | 37.276,2 | 29.132,5 | 32.110,6 | 39.502,4 | 32.633,5 | 34.590,3 | 34.969,2 | 35.271,5 | 34.186,8 | 36.352,6 | 32.100,4 | 40.036,7 |
| I.1.1. Receita Bruta | 41.021,4 | 37.702,7 | 29.521,9 | 32.569,3 | 39.933,0 | 33.058,7 | 36.138,0 | 36.658,8 | 36.092,2 | 36.163,2 | 38.145,5 | 33.474,7 | 41.965,5 |
| - Impostos | 20.015,8 | 14.559,7 | 12.736,0 | 13.790,1 | 16.445,7 | 12.872,0 | 17.842,7 | 14.240,0 | 13.873,6 | 15.378,2 | 15.900,2 | 13.859,3 | 21.243,4 |
| - Contribuições | 16.418,9 | 17.237,8 | 14.271,6 | 14.987,3 | 15.925,5 | 15.167,4 | 15.546,2 | 16.880,2 | 15.969,8 | 17.151,2 | 17.089,3 | 16.467,8 | 17.545,9 |
| - Demais (1) | 4.586,7 | 5.905,2 | 2.514,3 | 3.792,0 | 7.561,7 | 5.019,3 | 2.749,1 | 5.538,7 | 6.248,8 | 3.633,7 | 5.156,0 | 3.147,6 | 3.176,2 |
| I.1.2. (-) Restituições | -783,1 | -426,6 | -389,3 | -458,7 | -430,5 | -425,2 | -1.547,7 | -1.689,7 | -820,7 | -1.976,4 | -1.792,9 | -1.374,3 | -1.928,8 |
| I.1.3. (-) Incentivos Fiscais | -7,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| I.2. Receitas da Previdência Social | 15.486,6 | 8.203,7 | 9.318,6 | 9.193,9 | 9.280,9 | 9.573,3 | 9.655,5 | 9.734,0 | 10.020,3 | 10.419,9 | 10.314,5 | 10.414,5 | 17.391,1 |
| I.3. Receitas do Banco Central | 100,0 | 72,8 | 129,8 | 150,3 | 120,2 | 118,5 | 126,8 | 126,2 | 113,5 | 110,1 | 121,5 | 195,7 | 183,6 |
| II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS | 9.266,7 | 8.434,3 | 7.274,0 | 6.363,0 | 7.058,2 | 8.673,4 | 7.924,1 | 7.429,9 | 7.777,6 | 6.749,3 | 6.453,2 | 9.357,3 | 9.285,7 |
| II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras) | 7.625,5 | 6.441,0 | 5.536,5 | 5.228,1 | 5.891,7 | 6.420,0 | 6.283,6 | 5.645,6 | 5.714,0 | 5.387,0 | 4.864,4 | 5.937,8 | 7.277,9 |
| II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 | 817,1 | 447,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 162,5 | 812,5 | 162,5 | 162,5 | 162,5 | 162,5 | 1.137,5 | 1.133,6 |
| II.3. Transferências da Cide | 0,0 | 446,6 | 0,0 | 0,0 | 414,9 | 0,0 | 462,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 457,8 | 0,0 | 0,0 |
| II.4. Demais | 824,0 | 1.099,4 | 1.737,5 | 1.134,8 | 751,6 | 2.091,0 | 828,0 | 1.159,8 | 1.901,1 | 1.199,8 | 968,5 | 2.282,0 | 874,2 |
| III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II) | 46.551,2 | 37.118,4 | 31.306,9 | 35.091,8 | 41.845,3 | 33.651,8 | 36.448,5 | 37.399,5 | 37.627,7 | 37.967,5 | 40.335,4 | 33.353,3 | 48.325,7 |
| IV. DESPESA TOTAL | 50.560,4 | 33.097,3 | 27.732,3 | 27.831,6 | 27.119,3 | 30.708,0 | 30.376,5 | 34.376,6 | 31.281,2 | 37.465,8 | 33.210,4 | 33.549,8 | 53.920,3 |
| IV.1. Pessoal e Encargos Sociais (1) | 10.894,7 | 10.023,7 | 8.078,1 | 7.926,2 | 7.250,8 | 7.463,2 | 7.801,3 | 9.605,9 | 7.790,5 | 8.482,9 | 8.414,8 | 9.208,6 | 12.984,7 |
| IV.2. Benefícios Previdenciários | 22.400,5 | 13.047,8 | 11.759,4 | 11.806,3 | 11.890,6 | 12.884,8 | 12.812,4 | 13.171,9 | 13.120,7 | 18.986,5 | 13.357,8 | 13.301,2 | 19.446,0 |
| IV.3. Custeio e Capital | 17.079,3 | 9.935,2 | 7.719,9 | 7.897,3 | 7.777,3 | 10.173,8 | 9.510,0 | 11.410,6 | 10.180,7 | 9.797,2 | 11.257,0 | 10.801,3 | 21.157,3 |
| IV.3.1. Despesa do FAT | 930,1 | 950,9 | 529,2 | 992,2 | 911,9 | 1.056,9 | 1.261,3 | 1.864,4 | 1.835,0 | 1.465,2 | 1.598,8 | 1.025,3 | 1.807,6 |
| IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3) | 3.235,2 | 2.199,6 | 421,7 | 30,9 | 355,2 | 596,8 | 363,0 | 732,5 | 237,5 | -264,9 | 602,6 | 645,8 | 3.630,0 |
| IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) (4) | 848,3 | 850,9 | 852,5 | 862,2 | 868,6 | 1.010,2 | 1.015,0 | 1.021,9 | 1.028,4 | 1.026,9 | 1.030,1 | 1.035,1 | 1.037,2 |
| IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital | 12.065,6 | 5.933,9 | 5.916,5 | 6.012,0 | 5.641,5 | 7.509,8 | 6.870,7 | 7.791,8 | 7.079,9 | 7.570,0 | 8.025,6 | 8.095,1 | 14.682,5 |
| IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central | 34,5 | 1,5 | 67,0 | 55,9 | 63,7 | 56,3 | 53,0 | 57,0 | 53,5 | 50,1 | 52,8 | 72,8 | 111,8 |
| IV.5. Despesas do Banco Central | 151,5 | 89,0 | 107,9 | 145,9 | 137,0 | 130,0 | 199,8 | 131,2 | 135,8 | 149,2 | 127,9 | 165,8 | 220,7 |
| V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV) | -4.009,2 | 4.021,1 | 3.574,6 | 7.260,3 | 14.726,0 | 2.943,8 | 6.072,0 | 3.022,9 | 6.346,5 | 501,7 | 7.124,9 | -196,5 | -5.594,6 |
| V.1. Tesouro Nacional | 2.956,2 | 8.881,4 | 5.993,5 | 9.868,3 | 17.352,5 | 6.266,8 | 9.301,9 | 6.465,8 | 9.469,2 | 9.107,3 | 10.174,6 | 2.660,4 | -3.502,7 |
| V.2. Previdência Social (RGPS) (5) | -6.913,8 | -4.844,1 | -2.440,8 | -2.612,5 | -2.609,7 | -3.311,5 | -3.156,8 | -3.437,9 | -3.100,4 | -8.566,6 | -3.043,3 | -2.886,7 | -2.054,9 |
| V.3. Banco Central (6) | -51,6 | -16,3 | 21,9 | 4,4 | -16,8 | -11,5 | -73,1 | -5,1 | -22,3 | -39,1 | -6,4 | 29,9 | -37,0 |
| VI. AJUSTE METODOLÓGICO (7) | 0,0 | 234,7 | 161,7 | 350,3 | 179,3 | 284,5 | 259,6 | 258,6 | 307,5 | 234,6 | 182,3 | 81,2 | 56,3 |
| VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA | -381,4 | -945,3 | -465,0 | -1.996,1 | 1.406,5 | -82,6 | 545,5 | 319,5 | 573,7 | -671,6 | 459,4 | 39,3 | nd |
| VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (8) | -4.390,6 | 3.310,5 | 3.271,3 | 5.614,5 | 16.311,9 | 3.145,7 | 6.877,2 | 3.601,0 | 7.227,6 | 64,6 | 7.766,6 | -76,0 | nd |
| IX. JUROS NOMINAIS (8) | -8.855,6 | -14.853,2 | -9.075,5 | -11.395,8 | -11.892,0 | -6.633,7 | -13.196,2 | -9.561,3 | -12.964,8 | -8.056,2 | -10.272,7 | -8.151,2 | nd |
| X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (8) | -13.246,2 | -11.542,7 | -5.804,2 | -5.781,3 | 4.419,9 | -3.487,9 | -6.319,1 | -5.960,4 | -5.737,2 | -7.991,5 | -2.506,1 | -8.227,1 | nd |
| Memo: | | | | | | | | | | | | | |
| Parcela patronal da CPSS (1) | 757,7 | 467,0 | 463,1 | 503,2 | 452,0 | 553,9 | 471,8 | 537,2 | 520,8 | 719,5 | 549,7 | 714,6 | 1.136,1 |
| RMV (4) | 151,1 | 149,9 | 148,6 | 147,5 | 146,8 | 169,2 | 167,7 | 166,1 | 164,2 | 162,4 | 160,4 | 159,5 | 157,5 |

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(7) Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

(8) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

| | Dez/2005 | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez/2006 |
|--|------------------|------------------|-----------------|-----------------|------------------|------------------|-----------------|------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| FLUXO FISCAL | | | | | | | | | | | | | |
| I. RECEITAS | 62.315,5 | 33.817,6 | 42.099,5 | 41.710,1 | 41.830,1 | 47.217,4 | 46.993,6 | 43.988,0 | 46.982,5 | 47.837,9 | 46.237,0 | 50.086,3 | 66.730,8 |
| I.1 - Recolhimento Bruto | 43.897,5 | 23.205,2 | 30.712,6 | 29.496,2 | 30.395,9 | 35.178,0 | 33.124,7 | 31.663,0 | 35.052,4 | 33.934,5 | 32.811,7 | 37.011,7 | 46.241,4 |
| I.2 - (-) Incentivos Fiscais | -7,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito | 1.530,2 | 1.470,7 | 1.042,3 | 1.980,1 | 1.180,4 | 1.667,4 | 1.504,9 | 1.264,9 | 1.441,4 | 1.222,3 | 1.810,3 | 1.424,2 | 1.259,5 |
| I.4 - Receita das Operações de Crédito | 157,8 | 102,0 | 71,8 | 268,4 | 137,9 | 651,7 | 1.003,7 | 302,0 | 423,2 | 139,1 | 176,9 | 338,3 | 442,7 |
| I.5 - Receita do Salário Educação | 346,6 | 596,8 | 333,4 | 349,3 | 331,0 | 342,5 | 365,1 | 348,8 | 379,4 | 368,1 | 391,0 | 390,1 | 393,7 |
| I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social | 16.323,5 | 8.402,0 | 9.924,3 | 9.602,2 | 9.754,3 | 9.366,5 | 10.991,3 | 10.344,6 | 9.622,9 | 12.070,9 | 11.042,5 | 10.919,2 | 18.388,5 |
| I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB | 66,9 | 40,9 | 15,0 | 13,8 | 30,6 | 11,2 | 4,0 | 64,6 | 63,3 | 103,1 | 4,5 | 2,8 | 5,2 |
| II. DESPESAS | 56.790,7 | 48.130,3 | 39.762,3 | 37.419,0 | 47.470,9 | 47.514,7 | 49.308,6 | 54.486,0 | 49.391,4 | 47.797,3 | 48.980,3 | 60.035,7 | 58.705,9 |
| II.1 - Liberações Vinculadas | 10.288,4 | 10.599,4 | 7.925,4 | 6.735,9 | 10.202,4 | 10.106,3 | 9.688,1 | 8.696,7 | 9.469,7 | 8.198,9 | 8.356,3 | 10.751,4 | 10.664,5 |
| II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais | 8.103,6 | 6.864,1 | 5.900,4 | 5.571,9 | 6.278,8 | 6.844,7 | 6.697,0 | 6.016,0 | 6.088,8 | 5.735,2 | 5.179,9 | 6.326,5 | 7.750,5 |
| II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios | 461,3 | 889,9 | 1.343,1 | 536,8 | 820,5 | 1.524,9 | 531,0 | 1.023,1 | 1.597,0 | 584,1 | 1.322,5 | 1.675,8 | 498,0 |
| II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115 | 817,1 | 447,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 162,5 | 812,5 | 162,5 | 162,5 | 162,5 | 162,5 | 1.137,5 | 646,1 |
| II.1.4 - Outras Vinculações | 906,4 | 2.398,1 | 681,9 | 627,2 | 3.103,1 | 1.574,3 | 1.647,5 | 1.495,2 | 1.621,5 | 1.717,1 | 1.691,3 | 1.611,6 | 1.769,8 |
| II.2 - Liberações Ordinárias | 46.502,3 | 37.530,9 | 31.836,9 | 30.683,0 | 37.268,5 | 37.408,4 | 39.620,6 | 45.789,3 | 39.921,6 | 39.598,4 | 40.624,0 | 49.284,4 | 48.041,4 |
| II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais | 9.839,8 | 11.182,8 | 8.212,2 | 8.334,5 | 7.642,0 | 8.143,3 | 10.342,4 | 8.489,3 | 8.369,5 | 8.262,3 | 8.106,2 | 11.757,7 | 10.131,4 |
| II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual | 2.951,4 | 1.412,4 | 1.931,7 | -66,6 | 1.263,5 | 173,4 | 2.001,3 | 2.426,3 | 2.486,7 | 2.902,1 | -32,7 | 546,2 | 444,2 |
| i) Dívida Contratual Interna | 24,2 | 93,9 | 115,7 | 124,7 | 107,0 | 116,2 | 121,0 | 109,5 | 107,5 | 97,9 | 116,5 | 116,6 | 411,1 |
| ii) Dívida Contratual Externa | 2.927,2 | 1.318,5 | 1.816,0 | -191,3 | 1.156,5 | 57,2 | 1.880,3 | 2.316,8 | 2.379,1 | 2.804,2 | -149,3 | 429,6 | 33,1 |
| II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado | 3.260,2 | 8.806,1 | 3.509,6 | 4.507,0 | 8.712,1 | 9.614,7 | 6.794,4 | 13.237,0 | 5.921,1 | 4.245,2 | 10.450,4 | 12.029,8 | 4.019,4 |
| II.2.4 - Benefícios Previdenciários | 18.164,9 | 11.051,3 | 11.319,3 | 11.962,4 | 12.742,1 | 12.524,3 | 12.289,7 | 12.606,0 | 15.208,9 | 16.704,5 | 12.944,1 | 15.349,6 | 17.528,7 |
| II.2.5 - Custeio e Investimento | 11.496,2 | 4.801,4 | 6.497,6 | 5.847,7 | 6.672,5 | 6.637,9 | 7.836,4 | 8.543,6 | 7.645,8 | 7.178,8 | 8.706,2 | 9.131,6 | 14.660,3 |
| II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito | 789,8 | 276,8 | 366,5 | 98,2 | 236,2 | 314,7 | 356,4 | 487,1 | 289,8 | 305,7 | 449,9 | 469,4 | 1.257,4 |
| II.2.7 - Restos a Pagar | | | | | | | | | | | | | |
| III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II) | 5.524,8 | -14.312,7 | 2.337,1 | 4.291,1 | -5.640,8 | -297,4 | -2.315,1 | -10.498,1 | -2.408,9 | 40,5 | -2.743,3 | -9.949,5 | 8.024,9 |
| FLUXO DE FINANCIAMENTO | | | | | | | | | | | | | |
| IV. RECEITAS | 27.466,6 | 51.235,8 | 30.904,7 | 17.576,8 | 18.086,6 | 19.593,2 | 36.752,3 | 43.352,2 | 30.297,8 | 31.252,8 | 41.246,8 | 44.885,5 | 43.226,0 |
| IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado | 26.528,7 | 50.547,0 | 29.716,0 | 16.763,0 | 17.522,9 | 18.350,5 | 35.796,4 | 42.757,3 | 29.200,3 | 30.709,8 | 40.655,4 | 44.374,2 | 42.429,6 |
| IV.2 - Outras Operações de Crédito | 937,9 | 688,7 | 1.188,7 | 813,8 | 563,7 | 1.242,7 | 955,9 | 594,9 | 1.097,5 | 543,0 | 591,4 | 511,2 | 796,4 |
| V. DESPESAS | 18.022,1 | 40.953,0 | 15.575,9 | 15.370,0 | 48.384,4 | 26.146,8 | 25.607,1 | 48.117,1 | 11.278,8 | 15.416,8 | 38.095,4 | 25.762,7 | 16.397,4 |
| V.1 - Amortização da Dívida Interna | 15.240,5 | 36.603,0 | 10.344,8 | 12.278,6 | 34.060,9 | 25.904,1 | 23.809,3 | 43.960,7 | 10.516,8 | 13.362,2 | 36.559,4 | 25.993,2 | 16.289,2 |
| V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado | 15.035,7 | 36.512,5 | 10.226,2 | 12.161,2 | 33.936,9 | 25.784,8 | 23.670,2 | 43.845,8 | 10.401,7 | 13.252,3 | 36.435,1 | 25.873,0 | 15.992,9 |
| V.1.2 - Dívida Contratual | 204,8 | 90,5 | 118,6 | 117,4 | 124,0 | 119,3 | 139,1 | 114,9 | 115,1 | 109,9 | 124,3 | 120,1 | 296,3 |
| V.2 - Amortização da Dívida Externa | 2.781,6 | 4.350,0 | 5.231,1 | 3.091,4 | 14.323,5 | 242,8 | 1.797,7 | 4.156,4 | 762,0 | 2.054,7 | 1.536,0 | -230,5 | 108,2 |
| V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1) | 11.493,0 | 14.034,5 | 19.489,8 | 4.601,8 | -16.414,0 | -7.434,3 | 12.126,2 | -1.088,5 | 18.798,6 | 17.457,5 | 4.220,3 | 18.501,2 | 26.436,7 |
| VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN | -35.299,1 | 2.307,9 | 2.453,6 | 3.160,9 | -13.147,4 | -22.029,3 | 27.657,1 | -10.192,7 | -6.511,9 | 11.265,2 | -2.764,9 | -1.361,8 | 3.763,0 |
| VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI) | -20.329,7 | -1.722,1 | 20.119,6 | 9.658,7 | -49.086,0 | -28.880,3 | 36.487,3 | -25.455,6 | 10.098,1 | 27.141,6 | -2.356,8 | 7.811,5 | 38.616,5 |

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL (*)

R\$ milhões

| | Dez/2005 | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez/2006 |
|---|------------------|----------------|----------------|----------------|------------------|------------------|-----------------|------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN | 12.200,9 | 2.687,9 | 7.353,6 | 3.760,9 | 14.849,6 | 8.268,6 | 41.240,1 | 20.037,3 | 10.768,1 | 17.340,5 | 22.485,1 | 12.238,2 | 18.263,0 |
| I.1. Emissão de Títulos | 8.450,2 | 0,0 | 5.469,5 | 0,0 | 12.334,4 | 5.159,5 | 39.356,3 | 18.295,9 | 8.971,2 | 14.624,1 | 20.608,2 | 9.835,2 | 15.590,5 |
| I.2. Remuneração das Disponibilidades | 3.717,9 | 2.576,0 | 1.707,5 | 2.516,6 | 2.419,6 | 2.976,6 | 1.797,7 | 1.609,4 | 1.694,4 | 2.661,4 | 1.794,0 | 2.293,7 | 2.597,8 |
| I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs | 32,8 | 111,9 | 176,7 | 219,4 | 95,7 | 132,4 | 86,1 | 132,0 | 102,5 | 55,0 | 82,8 | 109,2 | 74,7 |
| I.4. Resultado do Banco Central | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 1.024,8 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| II. DESPESAS NO BACEN | 47.500,0 | 380,0 | 4.900,0 | 600,0 | 27.997,1 | 30.297,9 | 13.583,0 | 30.230,0 | 17.280,0 | 6.075,3 | 25.250,0 | 13.600,0 | 14.500,0 |
| II.1. Resgate de Títulos | 41.642,2 | 0,0 | 4.000,0 | 500,0 | 22.998,1 | 23.000,0 | 10.035,5 | 24.706,2 | 13.200,0 | 4.300,0 | 20.650,0 | 9.152,9 | 12.101,9 |
| II.2. Encargos da DPMF | 5.857,8 | 380,0 | 900,0 | 100,0 | 4.999,0 | 7.297,9 | 3.547,5 | 5.523,8 | 4.080,0 | 1.775,3 | 4.600,0 | 4.447,1 | 2.398,1 |
| III. RESULTADO (I - II) | -35.299,1 | 2.307,9 | 2.453,6 | 3.160,9 | -13.147,4 | -22.029,3 | 27.657,1 | -10.192,7 | -6.511,9 | 11.265,2 | -2.764,9 | -1.361,8 | 3.763,0 |

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) (*)

R\$ milhões

| | Dez/2005 | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez/2006 |
|---|----------------|--------------|--------------|---------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|--------------|--------------|----------------|
| I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO | 54,1 | 16,5 | 17,4 | 0,0 | 25,9 | 10,6 | 16,2 | 16,3 | 15,0 | 18,9 | 22,7 | 0,8 | 181,3 |
| II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL | 0,3 | 106,9 | 193,5 | 0,0 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 3,5 | 21,8 | 0,1 | 0,4 | 101,7 | 56,6 |
| III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS | 291,4 | 84,9 | 50,9 | 54,6 | 100,8 | 198,0 | 60,6 | 194,1 | -6,0 | 190,9 | 94,1 | 60,6 | 75,8 |
| III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal | 0,5 | 0,4 | 0,4 | 0,0 | 0,5 | 0,2 | 0,2 | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 0,2 | 0,3 | 0,7 |
| III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal | 243,6 | 24,4 | -7,1 | -5,6 | 0,0 | 157,5 | 15,2 | 148,8 | -60,8 | 98,7 | 41,9 | -49,9 | -113,2 |
| III.3. Garantia à Sustentação de Preços | 47,3 | 60,1 | 57,7 | 60,2 | 100,3 | 40,3 | 45,2 | 45,2 | 54,7 | 92,0 | 52,0 | 110,2 | 188,2 |
| IV. PRONAF | 219,6 | 41,2 | 23,8 | -194,0 | 41,8 | 86,6 | 41,3 | 134,8 | 68,8 | 94,2 | 213,2 | 185,4 | 362,7 |
| IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal | 132,7 | 45,7 | 33,3 | 0,0 | 63,4 | 41,3 | 40,3 | 137,9 | 70,0 | 63,7 | 167,8 | 59,4 | 365,8 |
| IV.2. Concessão de Financiamento (1) | 86,9 | -4,5 | -9,5 | -194,0 | -21,6 | 45,3 | 1,0 | -3,2 | -1,2 | 30,5 | 45,4 | 126,0 | -3,1 |
| V. PROEX | 124,2 | -33,3 | 24,5 | -12,4 | -33,6 | 22,7 | 91,0 | 219,6 | -63,7 | 6,9 | 47,4 | 9,0 | 274,0 |
| V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal | 146,7 | 0,0 | 10,2 | 18,9 | 27,1 | 18,5 | 1,6 | 151,8 | 20,2 | 24,4 | 26,2 | 15,9 | 134,1 |
| V.2. Concessão de Financiamento (1) | -22,5 | -33,3 | 14,3 | -31,3 | -60,8 | 4,2 | 89,5 | 67,8 | -83,8 | -17,5 | 21,2 | -6,8 | 139,9 |
| VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA) (2) | 295,7 | 78,4 | 26,8 | 7,0 | 19,2 | 11,7 | 90,3 | 20,2 | 8,7 | 5,1 | 8,5 | 14,6 | 138,1 |
| VII. CACAU | 1,2 | 0,0 | 0,6 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,5 | 0,0 |
| VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH) | 0,0 | 0,0 | 3,0 | 3,4 | 0,0 | 142,4 | 82,6 | 47,3 | 6,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995) | 1.803,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 466,2 |
| X. FUNDO DA TERRA/ INCRA (1) | 137,5 | -1,2 | 50,7 | 31,3 | 2,2 | 0,1 | 21,4 | 58,7 | 9,9 | 54,1 | 93,0 | 88,1 | 554,7 |
| XI. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND) (1) | 95,8 | -51,6 | -40,0 | -37,7 | -58,4 | -52,8 | -51,3 | -53,4 | -50,5 | -821,1 | -8,0 | -9,3 | 1.344,2 |
| XII. TOTAL | 3.023,0 | 241,8 | 351,3 | -147,8 | 98,0 | 419,6 | 352,3 | 641,2 | 10,1 | -451,0 | 471,3 | 451,4 | 3.453,6 |

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

(1) Concessão de empréstimos menos retornos.

(2) Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

| | Dez/2005 | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez/2006 |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| I. DÍVIDA INTERNA | 368.675,3 | 362.164,5 | 390.488,9 | 401.594,8 | 377.522,6 | 377.169,8 | 390.597,6 | 379.003,3 | 408.790,1 | 427.681,6 | 428.036,1 | 452.737,6 | 459.545,8 |
| Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹ | 976.439,1 | 982.866,4 | 1.009.078,9 | 1.019.526,7 | 1.002.197,1 | 997.516,6 | 1.014.742,4 | 1.012.716,4 | 1.037.378,9 | 1.060.426,7 | 1.065.957,3 | 1.088.498,6 | 1.100.959,6 |
| Dívida Bancária | 24.773,2 | 24.713,3 | 24.659,7 | 24.578,6 | 24.539,3 | 24.456,3 | 24.379,3 | 24.326,5 | 24.257,2 | 24.203,8 | 24.136,1 | 24.061,1 | 23.976,0 |
| INSS | -17.358,6 | -17.370,8 | -17.495,9 | -17.485,4 | -17.406,7 | -17.410,2 | -17.476,3 | -17.593,4 | -17.623,3 | -17.695,6 | -17.738,0 | -17.881,7 | -17.983,6 |
| Lei 7.976/89 | -5.771,4 | -5.484,3 | -5.303,0 | -5.319,4 | -5.130,1 | -5.473,0 | -4.874,4 | -4.136,1 | -3.508,9 | -3.523,6 | -3.469,3 | -3.415,5 | -3.088,0 |
| Bônus Renegociação | -12.607,6 | -11.928,3 | -11.466,7 | -11.649,4 | -10.899,5 | -11.867,1 | -11.031,4 | -11.008,5 | -10.772,9 | -10.779,3 | -10.289,3 | -10.341,6 | -10.018,5 |
| Lei 8.727/93 | -47.718,8 | -47.628,4 | -47.609,3 | -47.461,0 | -47.400,6 | -47.231,6 | -47.132,8 | -47.091,7 | -47.002,8 | -46.943,6 | -46.847,4 | -46.767,6 | -46.682,4 |
| Lei 9.496/97 | -251.041,4 | -251.714,6 | -253.923,7 | -253.805,8 | -253.339,5 | -253.675,7 | -254.972,7 | -257.106,3 | -257.867,6 | -259.369,8 | -260.068,3 | -262.509,2 | -265.603,2 |
| Renegociação de Dívidas dos Municípios | -38.081,7 | -38.250,2 | -38.779,7 | -38.718,7 | -38.793,3 | -38.776,7 | -39.001,8 | -39.402,2 | -39.592,8 | -39.960,3 | -40.006,7 | -40.408,2 | -40.855,1 |
| Recebíveis das Estatais | -37.809,1 | -36.317,6 | -36.224,0 | -36.414,6 | -36.152,0 | -35.154,0 | -35.017,8 | -37.534,8 | -35.982,0 | -36.177,2 | -35.514,0 | -33.312,7 | -33.439,2 |
| Outros | -43.695,5 | -43.584,7 | -43.156,6 | -43.056,8 | -42.848,4 | -42.064,4 | -42.082,0 | -42.267,5 | -41.719,8 | -41.835,8 | -41.924,4 | -42.301,0 | -42.440,7 |
| Fat | -116.867,0 | -120.339,1 | -119.585,2 | -119.581,7 | -122.474,0 | -122.959,7 | -125.589,4 | -126.469,2 | -126.749,1 | -127.145,1 | -128.162,9 | -128.851,0 | -129.318,1 |
| Demais Entidades | -47.092,7 | -46.942,8 | -47.563,7 | -47.783,8 | -48.015,3 | -48.762,4 | -49.716,1 | -50.845,9 | -51.421,4 | -52.058,1 | -52.852,0 | -54.478,4 | -55.014,7 |
| Créditos das Operações Oficiais | -14.471,1 | -14.207,3 | -14.023,3 | -13.948,0 | -13.635,4 | -14.086,9 | -13.125,3 | -13.368,0 | -13.041,3 | -13.242,2 | -13.245,3 | -13.270,3 | -13.177,2 |
| Arrecadação a Recolher | -22,0 | -11.647,0 | -8.118,8 | -7.286,0 | -13.119,0 | -7.341,5 | -8.504,0 | -11.216,0 | -7.564,0 | -8.218,4 | -11.939,6 | -6.285,0 | -7.769,1 |
| II. DÍVIDA EXTERNA (*) | 173.792,1 | 162.657,8 | 152.210,1 | 151.723,0 | 135.713,5 | 152.072,9 | 139.928,8 | 140.632,3 | 135.658,8 | 138.959,5 | 137.808,5 | 140.207,0 | 138.949,8 |
| Dívida Mobiliária | 144.155,9 | 134.383,7 | 126.618,2 | 126.066,1 | 108.177,7 | 119.587,7 | 108.906,2 | 109.458,9 | 105.997,2 | 109.073,5 | 108.361,9 | 109.784,4 | 109.032,8 |
| Títulos Depositados em Garantias | -3.524,8 | -3.291,8 | -3.209,5 | -3.030,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Dívida Contratual | 33.472,7 | 31.888,8 | 29.145,3 | 28.995,2 | 27.855,7 | 32.854,9 | 31.335,2 | 31.501,8 | 29.962,1 | 30.183,0 | 29.785,3 | 30.770,3 | 30.163,3 |
| Disponibilidades | -311,7 | -323,0 | -343,9 | -308,0 | -319,9 | -369,8 | -312,6 | -328,4 | -300,5 | -297,1 | -338,7 | -347,7 | -246,4 |
| III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II) | 542.467,4 | 524.822,2 | 542.699,0 | 553.317,8 | 513.236,1 | 529.242,7 | 530.526,4 | 519.635,6 | 544.449,0 | 566.641,1 | 565.844,6 | 592.944,6 | 598.495,5 |
| DÍVIDA LÍQUIDA/PIB | 28,0% | 26,9% | 27,6% | 28,0% | 25,9% | 26,5% | 26,4% | 25,7% | 26,7% | 27,6% | 27,4% | 28,6% | 28,7% |

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA. Ver Tabela A7.

(*) Não incorpora juros nominais apropriados por competência. Ver Tabela A6-B.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

| | Dez/2005 | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez/2006 |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| I. DÍVIDA MOBILIÁRIA | 144.155,9 | 134.383,7 | 126.618,2 | 126.066,1 | 108.177,7 | 119.587,7 | 108.906,2 | 109.458,9 | 105.997,2 | 109.073,5 | 108.361,9 | 109.784,4 | 109.076,0 |
| I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO | 16.844,2 | 15.796,1 | 14.834,8 | 14.535,2 | 485,3 | 534,3 | 502,7 | 505,5 | 496,8 | 471,3 | 464,6 | 469,7 | 463,5 |
| Brazil Investment Bond (BIB) | 579,9 | 549,0 | 529,1 | 504,6 | 485,3 | 534,3 | 502,7 | 505,5 | 496,8 | 471,3 | 464,6 | 469,7 | 463,5 |
| Par Bond (PB) | 3.484,2 | 3.147,9 | 2.830,7 | 2.465,4 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Discount Bond (DB) | 3.010,0 | 2.849,7 | 2.746,1 | 2.685,5 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB) | 765,2 | 724,4 | 659,9 | 671,3 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Debt Conversion Bond (DCB) | 6.720,7 | 6.362,7 | 6.034,2 | 6.138,5 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| New Money Bond (NMB) | 1.706,8 | 1.615,8 | 1.508,0 | 1.534,1 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Eligible Interest (EI) | 577,4 | 546,7 | 526,8 | 535,9 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO | 127.311,7 | 118.587,5 | 111.783,4 | 111.530,9 | 107.692,4 | 119.053,4 | 108.403,5 | 108.953,5 | 105.500,4 | 108.602,2 | 107.897,3 | 109.314,6 | 108.612,5 |
| A-Bond | 10.553,2 | 9.991,0 | 9.628,1 | 9.794,4 | 9.419,3 | 10.372,0 | 9.757,9 | 9.811,6 | 9.642,9 | 9.802,5 | 9.661,9 | 9.769,2 | 9.639,3 |
| Euro 2006 | 1.905,1 | 1.856,8 | 1.688,8 | 1.681,1 | 1.643,5 | 1.882,3 | 1.767,5 | 1.774,0 | 1.735,9 | 1.747,0 | 1.734,5 | - | - |
| Euro 2007 | 2.076,8 | 2.024,1 | 1.686,1 | 1.698,0 | 1.660,1 | 1.901,3 | 1.734,3 | 1.740,7 | 1.689,3 | 1.700,1 | 1.686,5 | 1.740,3 | 1.707,7 |
| Euro 2009 | 1.384,5 | 1.349,4 | 1.267,8 | 1.316,4 | 1.286,9 | 1.473,9 | 1.249,3 | 1.253,9 | 886,2 | 891,9 | 884,7 | 814,3 | 799,0 |
| Euro 2010 | 2.076,8 | 2.024,1 | 1.775,0 | 1.811,3 | 1.770,8 | 2.028,1 | 1.763,8 | 1.770,3 | 1.483,6 | 1.493,1 | 1.481,2 | 1.243,2 | 1.219,9 |
| Euro 2011 | 2.769,0 | 2.698,9 | 2.535,7 | 2.632,7 | 2.573,9 | 2.947,9 | 2.768,1 | 2.778,4 | 2.740,0 | 2.757,5 | 2.735,5 | 2.874,0 | 2.820,2 |
| Euro 2012 | 2.769,0 | 2.698,9 | 2.535,7 | 2.632,7 | 2.573,9 | 2.947,9 | 2.768,1 | 2.778,4 | 2.740,0 | 2.757,5 | 2.735,5 | 2.874,0 | 2.820,2 |
| Euro 2015 | 1.384,5 | 1.349,4 | 2.028,6 | 2.106,2 | 2.059,1 | 2.358,3 | 2.214,5 | 2.222,7 | 2.192,0 | 2.206,0 | 2.188,4 | 2.299,2 | 2.256,2 |
| Euro libra 2007 | 603,3 | 592,9 | 558,8 | 565,9 | 571,5 | 645,0 | 600,1 | 609,9 | 573,6 | 573,0 | 575,7 | 600,6 | 591,1 |
| Euro lira 2017 | 1.072,5 | 1.045,3 | 982,1 | 1.019,7 | 996,9 | 1.141,8 | 1.072,2 | 1.076,1 | 1.061,3 | 1.068,1 | 1.059,5 | 1.113,2 | 1.092,3 |
| Global 2006 | 3.511,1 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Global 2007 | 5.851,8 | 4.844,2 | 3.873,2 | 3.554,3 | 3.418,2 | 3.763,9 | 3.370,6 | 3.389,1 | 3.277,0 | 3.331,3 | 3.283,5 | 3.316,7 | 3.272,6 |
| Global 2008 | 5.851,8 | 5.073,8 | 4.248,0 | 3.805,6 | 3.659,9 | 4.030,0 | 3.574,8 | 3.594,4 | 3.414,0 | 3.470,5 | 3.420,7 | 3.419,8 | 3.374,3 |
| Global 2009 | 6.436,9 | 5.849,1 | 4.961,6 | 4.282,7 | 4.118,7 | 4.533,3 | 3.468,9 | 3.488,0 | 3.067,1 | 3.117,9 | 3.073,1 | 2.852,9 | 2.815,0 |
| Global 2010 | 5.851,8 | 5.382,7 | 4.765,8 | 4.564,7 | 4.389,9 | 4.833,9 | 3.815,7 | 3.836,7 | 3.379,0 | 3.434,9 | 3.385,6 | 3.043,1 | 3.002,6 |
| Global 2011 | 2.925,9 | 2.770,0 | 2.669,4 | 2.715,5 | 2.611,5 | 2.875,6 | 2.369,0 | 2.382,0 | 2.341,1 | 2.379,9 | 2.345,7 | 1.873,9 | 1.849,0 |
| Global 2012 | 2.925,9 | 2.770,0 | 2.669,4 | 2.715,5 | 2.611,5 | 2.875,6 | 2.611,4 | 2.625,8 | 2.580,6 | 2.623,3 | 2.585,7 | 2.482,2 | 2.449,2 |
| Global 2013 | 2.925,9 | 2.770,0 | 2.669,4 | 2.715,5 | 2.611,5 | 2.875,6 | 2.697,6 | 2.712,5 | 2.665,9 | 2.710,0 | 2.671,1 | 2.700,8 | 2.664,9 |
| Global 2014 | 2.925,9 | 2.770,0 | 2.669,4 | 2.715,5 | 2.611,5 | 2.875,6 | 2.540,0 | 2.554,0 | 2.510,1 | 2.551,7 | 2.510,1 | 2.543,0 | 2.509,2 |
| Global 2015 | 4.915,5 | 4.653,6 | 4.484,6 | 4.562,0 | 4.387,3 | 4.831,1 | 4.545,0 | 4.570,0 | 4.491,5 | 4.565,8 | 4.500,3 | 4.550,3 | 4.489,8 |
| Global 2017 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Global 2019 | 3.511,1 | 3.324,0 | 3.203,3 | 3.258,6 | 3.133,8 | 3.450,8 | 3.246,5 | 3.264,3 | 3.208,2 | 3.261,3 | 3.214,5 | 3.250,2 | 3.207,0 |
| Global 2020 | 2.340,7 | 2.216,0 | 2.135,5 | 2.172,4 | 2.089,2 | 2.300,5 | 1.664,2 | 1.673,4 | 1.625,6 | 1.652,5 | 1.628,8 | 1.646,9 | 1.625,0 |
| Global 2024 | 6.962,9 | 6.591,9 | 6.352,5 | 6.462,2 | 6.214,7 | 6.843,3 | 6.294,8 | 6.329,4 | 5.990,9 | 6.090,1 | 6.002,7 | 6.069,4 | 5.988,7 |
| Global 2025 | 5.266,6 | 4.986,0 | 4.804,9 | 4.887,9 | 4.700,7 | 5.176,1 | 4.869,7 | 4.896,5 | 4.812,3 | 4.892,0 | 4.821,8 | 4.875,3 | 4.810,5 |
| Global 2027 | 8.192,5 | 7.756,0 | 7.474,3 | 7.603,4 | 7.312,2 | 8.051,8 | 7.539,0 | 7.580,5 | 7.348,4 | 7.470,1 | 7.362,9 | 7.444,6 | 7.345,7 |
| Global 2030 | 3.745,1 | 3.545,6 | 3.416,8 | 3.475,8 | 3.342,7 | 3.680,8 | 2.928,1 | 2.944,2 | 2.174,5 | 2.210,5 | 2.178,8 | 2.203,0 | 2.173,7 |
| Global 2034 | 5.851,8 | 5.540,0 | 5.338,8 | 5.431,0 | 5.223,0 | 5.751,3 | 5.838,9 | 5.871,0 | 5.770,1 | 5.865,6 | 5.781,4 | 5.845,6 | 5.767,9 |
| Global 2037 | - | 2.216,0 | 2.135,5 | 3.258,6 | 3.133,8 | 3.450,8 | 3.246,5 | 3.264,3 | 4.277,7 | 4.348,5 | 4.286,1 | 4.333,7 | 4.276,1 |
| Global 2040 | 12.071,7 | 11.428,6 | 11.013,4 | 11.203,7 | 10.774,7 | 11.864,4 | 11.162,0 | 11.223,3 | 11.030,5 | 11.213,0 | 11.052,1 | 11.174,9 | 11.026,3 |
| Global BRL 2016 | 3.400,0 | 3.400,0 | 3.400,0 | 3.400,0 | 3.400,0 | 3.400,0 | 3.400,0 | 3.400,0 | 3.400,0 | 3.400,0 | 3.400,0 | 3.400,0 | 3.400,0 |
| Global BRL 2022 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.600,0 | 2.250,0 | 2.250,0 | 3.000,0 |
| Marco Alemão 2007 | 1.415,8 | 1.379,9 | 1.283,5 | 1.320,5 | 1.291,0 | 1.478,6 | 1.342,9 | 1.347,9 | 1.288,7 | 1.296,9 | 1.286,6 | 1.351,7 | 1.326,4 |
| Marco Alemão 2008 | 1.061,8 | 1.034,9 | 972,4 | 938,0 | 917,0 | 1.050,3 | 949,9 | 953,4 | 915,1 | 921,0 | 913,6 | 945,2 | 927,5 |
| Samurai 2006 | 1.189,2 | 1.137,6 | 1.095,1 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Samurai 2007 | 1.585,6 | 1.516,8 | 1.460,2 | 1.228,8 | 1.183,7 | 1.360,0 | 1.232,2 | 1.236,9 | 1.187,3 | 1.198,9 | 1.193,8 | 1.163,4 | 1.114,8 |
| II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA | -3.524,8 | -3.291,8 | -3.209,5 | -3.030,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| III. DÍVIDA CONTRATUAL | 33.472,7 | 31.888,8 | 29.145,3 | 28.995,2 | 27.855,7 | 32.854,9 | 31.335,2 | 31.501,8 | 29.962,1 | 30.183,0 | 29.785,3 | 30.770,3 | 30.163,3 |
| IV. DISPONÍB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES | -311,7 | -323,0 | -343,9 | -308,0 | -319,9 | -369,8 | -312,6 | -328,4 | -300,5 | -297,1 | -338,7 | -347,7 | -246,4 |
| V. TOTAL (I+II+III+IV) (*) | 173.792,1 | 162.657,8 | 152.210,1 | 151.723,0 | 135.713,5 | 152.072,9 | 139.928,8 | 140.632,3 | 135.658,8 | 138.959,5 | 137.808,5 | 140.207,0 | 138.993,0 |
| DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB | 9,0% | 8,3% | 7,7% | 7,7% | 6,8% | 7,6% | 7,0% | 7,0% | 6,7% | 6,8% | 6,7% | 6,8% | 6,7% |

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

(*) Não incorpora juros nominais apropriados por competência. Ver tabela A6-B.

TABELA A6-B - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOIRO NACIONAL

(incorpora juros nominais por competência)

R\$ milhões

| | Out | Nov | Dez/2006 |
|--|------------------|------------------|------------------|
| I. DÍVIDA MOBILIÁRIA | 111.264,3 | 112.969,2 | 112.912,6 |
| I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO | 468,2 | 475,8 | 471,8 |
| Brazil Investment Bond (BIB) | 468,2 | 475,8 | 471,8 |
| Par Bond (PB) | - | - | - |
| Discount Bond (DB) | - | - | - |
| Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB) | - | - | - |
| Debt Conversion Bond (DCB) | - | - | - |
| New Money Bond (NMB) | - | - | - |
| Eligible Interest (EI) | - | - | - |
| I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO | 110.796,1 | 112.493,5 | 112.440,8 |
| A-Bond | 9.889,5 | 10.064,4 | 9.994,9 |
| Euro 2006 | 1.942,7 | - | - |
| Euro 2007 | 1.698,1 | 1.766,0 | 1.746,5 |
| Euro 2009 | 943,8 | 876,4 | 867,7 |
| Euro 2010 | 1.602,1 | 1.356,0 | 1.341,8 |
| Euro 2011 | 2.935,6 | 3.107,0 | 3.071,2 |
| Euro 2012 | 2.759,4 | 2.919,5 | 2.884,8 |
| Euro 2015 | 2.308,6 | 2.439,6 | 2.407,8 |
| Eurolibra 2007 | 590,2 | 620,7 | 615,9 |
| Eurolibra 2017 | 1.100,0 | 1.165,9 | 1.154,1 |
| Global 2006 | - | - | - |
| Global 2007 | 3.380,3 | 3.444,3 | 3.427,9 |
| Global 2008 | 3.454,0 | 3.482,1 | 3.464,4 |
| Global 2009 | 3.093,9 | 2.903,9 | 2.882,8 |
| Global 2010 | 3.396,3 | 3.078,5 | 3.062,8 |
| Global 2011 | 2.400,4 | 1.933,2 | 1.922,9 |
| Global 2012 | 2.672,6 | 2.588,5 | 2.576,5 |
| Global 2013 | 2.773,0 | 2.826,9 | 2.675,5 |
| Global 2014 | 2.593,5 | 2.644,6 | 2.631,4 |
| Global 2015 | 4.553,5 | 4.633,9 | 4.601,8 |
| Global 2017 | - | 3.259,4 | 3.232,1 |
| Global 2019 | 3.228,0 | 3.287,9 | 3.267,9 |
| Global 2020 | 1.690,0 | 1.726,3 | 1.720,6 |
| Global 2024 | 6.026,4 | 6.138,2 | 6.100,9 |
| Global 2025 | 4.923,7 | 5.013,9 | 4.982,4 |
| Global 2027 | 7.706,6 | 7.478,1 | 7.440,7 |
| Global 2030 | 2.219,6 | 2.266,7 | 2.258,8 |
| Global 2034 | 5.915,3 | 6.021,2 | 5.980,9 |
| Global 2037 | 4.371,8 | 4.446,1 | 4.412,3 |
| Global 2040 | 11.302,1 | 11.530,1 | 11.478,0 |
| Global BRL 2016 | 3.536,9 | 3.572,4 | 3.607,8 |
| Global BRL 2022 | 2.287,5 | 2.310,9 | 3.112,5 |
| Marco Alemão 2007 | 1.356,6 | 1.434,3 | 1.416,3 |
| Marco Alemão 2008 | 947,0 | 985,2 | 972,2 |
| Samurai 2006 | - | - | - |
| Samurai 2007 | 1.197,1 | 1.171,3 | 1.126,7 |
| II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| III. DÍVIDA CONTRATUAL | 30.177,1 | 31.157,3 | 30.542,3 |
| IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES | -338,7 | -347,7 | -246,4 |
| V. TOTAL (I+II+III+IV) | 141.102,8 | 143.778,8 | 143.208,5 |
| DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA /PIB | 6,8% | 6,9% | 6,9% |

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

| | Dez/2005 | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez/2006 |
|--------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| DIVIDA MOBILIARIA TOTAL | 1.256.713,1 | 1.277.259,7 | 1.306.117,6 | 1.320.442,6 | 1.290.097,5 | 1.265.730,9 | 1.310.777,0 | 1.299.896,0 | 1.319.709,0 | 1.355.232,1 | 1.359.034,0 | 1.381.457,3 | 1.398.749,6 |
| I. Dívida em Mercado | 976.439,1 | 982.866,4 | 1.009.078,9 | 1.019.526,7 | 1.002.197,1 | 997.516,6 | 1.014.742,4 | 1.012.716,4 | 1.037.378,9 | 1.060.426,7 | 1.065.957,3 | 1.088.498,6 | 1.100.959,6 |
| Dívida Securitizada | 18.084,3 | 17.754,7 | 17.843,1 | 17.904,9 | 17.936,4 | 16.894,7 | 16.713,3 | 18.886,9 | 19.146,4 | 19.612,3 | 19.218,5 | 19.261,4 | 19.094,7 |
| TDA | 3.447,5 | 3.431,9 | 3.425,5 | 3.406,5 | 3.398,0 | 3.672,4 | 3.668,0 | 3.720,7 | 3.817,1 | 3.893,0 | 4.139,1 | 4.114,2 | 4.213,2 |
| LTN | 263.451,3 | 253.193,1 | 269.680,5 | 280.714,9 | 262.579,3 | 279.637,2 | 302.728,8 | 290.264,9 | 307.240,8 | 325.838,8 | 323.311,3 | 342.244,6 | 347.638,8 |
| LFT | 497.907,6 | 478.615,0 | 467.995,3 | 457.330,2 | 453.761,8 | 431.609,7 | 423.680,6 | 429.436,7 | 433.295,8 | 432.052,3 | 430.682,0 | 413.695,3 | 406.858,6 |
| LFT-A | 4.016,0 | 3.816,0 | 3.820,4 | 3.834,4 | 3.835,2 | 3.843,3 | 3.847,2 | 3.850,1 | 3.855,9 | 3.853,5 | 3.852,1 | 3.847,3 | 3.840,8 |
| LFT-B | 2.704,3 | 2.335,4 | 2.295,1 | 2.265,6 | 2.230,3 | 2.189,5 | 2.139,1 | 2.111,5 | 1.938,2 | 1.908,1 | 1.435,2 | 1.413,0 | 1.388,0 |
| NTN-A | 10.335,8 | 9.816,6 | 9.489,7 | 9.642,4 | 9.137,8 | 10.088,1 | 9.520,7 | 9.600,5 | 9.464,8 | 9.608,3 | 9.332,1 | 9.462,7 | 9.365,4 |
| NTN-B | 73.824,5 | 112.268,4 | 131.443,9 | 142.531,3 | 147.028,3 | 144.793,5 | 145.718,5 | 148.123,0 | 149.657,6 | 153.724,3 | 160.877,6 | 166.053,2 | 170.983,8 |
| NTN-C | 66.993,8 | 66.132,0 | 65.940,2 | 65.042,1 | 64.137,0 | 64.805,5 | 65.688,2 | 64.774,5 | 64.991,4 | 65.438,3 | 65.401,7 | 67.793,1 | 67.393,0 |
| NTN-D | 5.206,3 | 4.913,2 | 4.570,1 | 3.736,1 | 3.636,7 | 4.039,3 | 3.849,8 | 3.831,3 | 3.810,5 | 1.297,4 | 1.294,3 | 1.322,7 | 1.321,0 |
| NTN-F | 9.615,4 | 9.996,2 | 12.521,9 | 13.068,1 | 14.996,8 | 16.179,3 | 17.386,3 | 18.304,3 | 20.493,5 | 23.546,5 | 26.841,3 | 39.698,8 | 49.222,8 |
| NTN-I | 1.665,7 | 1.520,2 | 1.472,7 | 1.489,9 | 1.434,8 | 1.513,3 | 1.542,2 | 1.547,6 | 1.462,6 | 1.446,9 | 1.428,6 | 1.426,5 | 1.518,4 |
| NTN-P | 3.095,4 | 3.117,7 | 3.135,2 | 3.198,0 | 3.216,4 | 3.238,2 | 3.260,2 | 3.282,0 | 3.305,8 | 3.327,0 | 3.349,4 | 3.370,4 | 3.392,1 |
| CFT-A | 10.037,5 | 9.968,9 | 9.503,1 | 9.395,4 | 9.037,5 | 8.952,8 | 8.922,3 | 8.882,1 | 8.831,9 | 8.781,6 | 8.725,9 | 8.664,8 | 8.618,0 |
| CFT-D | 2.127,2 | 2.006,5 | 1.926,2 | 1.952,4 | 1.870,5 | 2.052,0 | 1.923,0 | 1.926,2 | 1.885,7 | 1.909,3 | 1.874,6 | 1.887,7 | 1.855,2 |
| Demais | 3.926,5 | 3.980,7 | 4.015,8 | 4.014,5 | 3.960,4 | 4.007,7 | 4.154,2 | 4.174,0 | 4.180,9 | 4.189,4 | 4.193,6 | 4.243,0 | 4.255,9 |
| II. Dívida com BACEN | 280.274,0 | 294.393,4 | 297.038,7 | 300.915,9 | 287.900,4 | 268.214,3 | 296.034,6 | 287.179,6 | 282.330,1 | 294.805,4 | 293.076,7 | 292.958,6 | 297.790,0 |
| LTN | 119.221,6 | 133.989,0 | 141.197,9 | 143.194,1 | 137.320,6 | 144.417,3 | 162.171,7 | 149.555,6 | 153.996,4 | 163.172,8 | 152.617,1 | 156.974,4 | 164.530,7 |
| LFT | 120.035,6 | 121.226,2 | 121.408,9 | 122.668,1 | 117.160,9 | 89.866,1 | 93.900,8 | 97.003,5 | 89.470,4 | 84.887,0 | 87.838,8 | 79.003,0 | 72.681,8 |
| NTN-D | 24.966,9 | 23.683,3 | 19.034,4 | 19.512,2 | 18.958,9 | 19.404,6 | 18.023,2 | 18.088,2 | 17.765,2 | 17.841,1 | 17.751,7 | 17.900,5 | 13.813,0 |
| Demais | 16.050,0 | 15.494,9 | 15.397,5 | 15.541,5 | 14.460,1 | 14.526,3 | 21.938,9 | 22.532,2 | 21.098,1 | 28.904,5 | 34.869,1 | 39.080,7 | 46.764,5 |
| Dívida em Mercado/PIB | 50,4% | 50,4% | 51,4% | 51,5% | 50,5% | 50,0% | 50,6% | 50,1% | 50,9% | 51,7% | 51,7% | 52,4% | 52,7% |

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

| | Dez/2005 | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez/2006 |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| I. INTERNA | -163.959,7 | -167.282,0 | -167.148,9 | -167.365,5 | -170.489,3 | -171.722,1 | -175.305,5 | -177.315,1 | -178.170,4 | -179.203,2 | -181.014,8 | -183.329,4 | -184.332,8 |
| Dívida contratual | 256,3 | 305,7 | 232,5 | 234,8 | 217,8 | 239,7 | 236,9 | 226,5 | 222,6 | 224,7 | 213,4 | 215,7 | 212,9 |
| FAT | -116.867,0 | -120.339,1 | -119.585,2 | -119.581,7 | -122.474,0 | -122.959,7 | -125.589,4 | -126.469,2 | -126.749,1 | -127.145,1 | -128.162,9 | -128.851,0 | -129.318,1 |
| Aplicações financeiras | -4.034,9 | -4.122,6 | -4.164,8 | -4.326,2 | -4.347,1 | -4.493,0 | -4.578,6 | -4.569,5 | -4.591,6 | -4.682,2 | -4.744,5 | -4.823,1 | -4.468,9 |
| Fundos Regionais | -28.603,3 | -28.743,2 | -29.246,8 | -29.633,7 | -29.944,1 | -30.401,3 | -30.990,6 | -31.469,5 | -31.807,1 | -32.143,2 | -32.523,8 | -32.898,0 | -33.376,4 |
| Demais | -14.710,7 | -14.382,7 | -14.384,6 | -14.058,6 | -13.941,9 | -14.107,8 | -14.383,8 | -15.033,4 | -15.245,2 | -15.457,3 | -15.797,1 | -16.973,0 | -17.382,4 |
| II. EXTERNA | -311,7 | -323,0 | -343,9 | -308,0 | -319,9 | -369,8 | -312,6 | -328,4 | -300,5 | -297,1 | -338,7 | -347,7 | -246,4 |
| Disponibilidades | -311,7 | -323,0 | -343,9 | -308,0 | -319,9 | -369,8 | -312,6 | -328,4 | -300,5 | -297,1 | -338,7 | -347,7 | -246,4 |
| III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II) | -164.271,4 | -167.604,9 | -167.492,8 | -167.673,5 | -170.809,2 | -172.091,9 | -175.618,1 | -177.643,5 | -178.470,9 | -179.500,3 | -181.353,5 | -183.677,1 | -184.579,1 |
| DÍVIDA LÍQUIDA/PIB | -8,5% | -8,6% | -8,5% | -8,5% | -8,6% | -8,6% | -8,8% | -8,8% | -8,8% | -8,8% | -8,8% | -8,8% | -8,8% |

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração

TABELA A9 - CUSTEIO POR ÓRGÃO ATÉ DEZEMBRO 2005/2006 (*)

R\$ mil

| ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS | 2005 | | | | | 2006 | | | | |
|---|---------------------------|---------------------|---------------------|---------------------------|--------------------------|---------------------------|---------------------|---------------------|---------------------------|--------------------------|
| | Dotação autorizada no ano | Despesa empenhada | Despesa liquidada | Despesas pagas no ano (2) | | Dotação Autorizada no ano | Despesa empenhada | Despesa liquidada | Despesas pagas no ano (2) | |
| | | | | Do exercício | De exercícios anteriores | | | | Do exercício | De exercícios anteriores |
| Gabinete da Presidência da República | 971.596,1 | 772.194,3 | 772.193,8 | 623.456,3 | 35.953,8 | 972.908,7 | 760.464,2 | 760.464,2 | 681.483,5 | 126.148,8 |
| Gabinete da Vice-Presidência da República | 2.300,0 | 1.960,8 | 1.960,8 | 1.913,4 | 14,4 | 2.923,5 | 2.818,7 | 2.818,7 | 2.802,2 | 41,6 |
| Advocacia-Geral da União | 89.808,2 | 80.590,8 | 80.590,8 | 61.054,8 | 5.109,3 | 93.473,3 | 78.177,1 | 78.177,1 | 70.988,9 | 17.728,5 |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 865.106,2 | 658.242,9 | 657.625,8 | 553.803,7 | 78.854,3 | 792.491,9 | 696.190,9 | 696.020,4 | 602.903,9 | 79.364,4 |
| Ministério da Ciência e Tecnologia | 2.542.470,1 | 2.256.313,4 | 2.256.312,9 | 1.907.745,4 | 314.483,8 | 2.356.764,8 | 2.111.912,5 | 2.111.912,5 | 1.636.041,3 | 302.261,2 |
| Ministério da Fazenda | 2.057.959,6 | 1.857.948,6 | 1.857.948,6 | 1.792.737,3 | 51.911,7 | 1.947.716,9 | 1.830.428,2 | 1.830.428,2 | 1.657.091,0 | 55.139,8 |
| Ministério da Educação | 7.248.714,4 | 6.841.315,4 | 6.841.315,4 | 5.885.203,0 | 855.289,4 | 6.806.090,0 | 6.488.226,5 | 6.488.226,4 | 5.318.339,9 | 943.987,8 |
| Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio | 553.825,0 | 484.209,7 | 484.209,7 | 450.525,9 | 21.661,0 | 480.652,4 | 444.801,7 | 444.801,7 | 416.314,7 | 24.568,4 |
| Ministério da Justiça | 1.064.846,1 | 902.775,1 | 902.775,1 | 734.553,2 | 102.489,8 | 971.414,4 | 801.610,0 | 801.610,0 | 689.375,2 | 134.958,6 |
| Ministério de Minas e Energia | 749.002,0 | 521.186,7 | 521.181,8 | 449.715,4 | 19.310,1 | 522.624,8 | 404.080,8 | 404.080,8 | 311.184,4 | 55.639,4 |
| Ministério da Previdência Social | 1.487.136,8 | 1.214.111,8 | 1.214.112,4 | 1.090.025,3 | 202.280,9 | 897.843,6 | 782.150,5 | 782.150,5 | 674.883,8 | 105.028,3 |
| Ministério das Relações Exteriores | 1.141.235,8 | 1.025.205,6 | 1.025.205,6 | 924.975,7 | 82.744,9 | 881.212,1 | 806.683,6 | 806.683,6 | 780.690,5 | 85.913,1 |
| Ministério da Saúde | 32.292.651,1 | 31.200.465,8 | 31.200.465,8 | 29.620.532,9 | 1.511.522,1 | 33.934.597,8 | 33.447.982,3 | 33.447.982,3 | 31.067.030,5 | 1.331.022,4 |
| Ministério do Trabalho e Emprego | 818.719,4 | 709.349,8 | 709.349,8 | 593.927,3 | 80.201,5 | 671.142,7 | 526.330,0 | 526.330,0 | 469.618,9 | 106.803,0 |
| Ministério dos Transportes | 715.504,2 | 557.545,0 | 557.545,0 | 446.242,8 | 73.562,1 | 781.286,1 | 542.585,9 | 542.585,9 | 397.499,5 | 71.753,3 |
| Ministério das Comunicações | 702.868,9 | 326.767,5 | 326.767,5 | 282.975,6 | 54.840,0 | 344.936,9 | 292.948,6 | 292.948,6 | 257.804,6 | 30.972,0 |
| Ministério da Cultura | 383.748,6 | 329.945,2 | 329.945,2 | 221.663,2 | 56.847,7 | 394.762,2 | 320.564,0 | 320.564,0 | 217.049,4 | 96.843,4 |
| Ministério do Meio Ambiente | 562.704,3 | 442.621,5 | 442.614,4 | 368.707,4 | 65.192,7 | 452.662,6 | 402.605,3 | 402.605,0 | 349.725,6 | 58.996,8 |
| Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 504.481,4 | 387.152,1 | 387.152,1 | 299.252,5 | 38.156,1 | 564.742,1 | 437.175,9 | 437.175,9 | 372.215,3 | 75.926,6 |
| Ministério do Desenvolvimento Agrário | 705.277,8 | 591.632,6 | 591.632,6 | 476.386,3 | 78.268,7 | 682.066,0 | 607.007,4 | 607.007,4 | 490.127,8 | 96.148,8 |
| Ministério do Esporte | 211.390,8 | 156.949,3 | 156.949,3 | 88.129,7 | 12.849,3 | 412.565,5 | 272.838,7 | 272.838,7 | 143.305,7 | 57.520,2 |
| Ministério da Defesa | 4.662.436,0 | 4.237.921,8 | 4.237.914,2 | 3.582.078,2 | 563.372,7 | 3.971.035,7 | 3.719.756,6 | 3.719.756,6 | 3.164.135,2 | 521.138,2 |
| Ministério da Integração Nacional | 337.017,8 | 238.628,5 | 238.625,6 | 165.196,6 | 36.928,3 | 320.180,8 | 234.301,8 | 234.301,8 | 151.694,2 | 64.147,3 |
| Ministério do Turismo | 359.771,7 | 267.585,9 | 267.585,9 | 217.249,3 | 50.090,0 | 358.091,5 | 300.703,3 | 300.703,3 | 261.123,2 | 44.606,7 |
| Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome | 6.385.148,7 | 6.151.008,9 | 6.151.007,1 | 6.033.429,4 | 202.872,4 | 10.240.114,6 | 9.328.934,8 | 9.328.934,0 | 9.132.665,1 | 110.098,9 |
| Ministério das Cidades | 421.902,2 | 359.445,7 | 359.445,7 | 265.308,5 | 29.599,7 | 436.002,6 | 349.751,3 | 349.751,3 | 270.602,8 | 69.688,0 |
| Encargos Financeiros da União | 187.229,3 | 161.343,3 | 161.343,3 | 120.429,9 | - | 340.735,8 | 329.099,0 | 329.099,0 | 276.714,3 | 29.809,1 |
| Recursos sob Supervisão Min. Fazenda | 158.740,6 | 157.755,9 | 157.755,9 | 136.320,5 | 18.366,2 | 62.379,1 | 59.707,6 | 59.707,6 | 46.571,6 | 20.110,6 |
| Operações Oficiais de Crédito | 280.743,6 | 132.332,5 | 132.332,5 | 109.298,0 | - | 56.672,2 | 53.665,6 | 53.665,6 | 53.473,4 | - |
| TOTAL | 68.464.336,6 | 63.024.505,8 | 63.023.864,2 | 57.502.837,4 | 4.642.773,0 | 70.750.090,6 | 66.433.502,5 | 66.433.330,8 | 59.963.636,4 | 4.716.365,0 |

Dados preliminares.

 (*) Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp.

(1) Despesa de Custeio (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos).

(2) "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

TABELA A10 - INVESTIMENTO POR ÓRGÃO ATÉ DEZEMBRO 2005/2006 (*)

R\$ mil

| ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS | 2005 | | | | | 2006 | | | | |
|---|---------------------------|---------------------|---------------------|---------------------------|--------------------------|---------------------------|---------------------|---------------------|---------------------------|--------------------------|
| | Dotação autorizada no ano | Despesa empenhada | Despesa liquidada | Despesas pagas no ano (2) | | Dotação Autorizada no ano | Despesa empenhada | Despesa liquidada | Despesas pagas no ano (2) | |
| | | | | Do exercício | De exercícios anteriores | | | | Do exercício | De exercícios anteriores |
| Gabinete da Presidência da República | 141.226,6 | 98.301,2 | 98.301,2 | 36.709,9 | 45.394,0 | 112.961,6 | 70.344,6 | 70.344,6 | 35.788,8 | 45.823,2 |
| Gabinete da Vice-Presidência da República | 200,0 | 6,8 | 6,8 | 6,8 | - | 0,7 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | - |
| Advocacia-Geral da União | 8.221,1 | 6.335,1 | 6.335,1 | 1.402,4 | 11.660,8 | 13.776,7 | 2.259,8 | 2.259,8 | 764,0 | 4.872,3 |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 366.712,1 | 252.223,6 | 252.127,8 | 49.592,4 | 80.855,5 | 442.448,7 | 305.149,9 | 305.118,7 | 47.534,7 | 184.884,1 |
| Ministério da Ciência e Tecnologia | 706.837,8 | 480.610,2 | 480.610,2 | 239.347,3 | 62.783,3 | 1.012.637,9 | 888.090,0 | 888.090,0 | 400.971,2 | 163.600,8 |
| Ministério da Fazenda (3) | 361.601,9 | 348.834,8 | 348.834,8 | 207.693,2 | 10.394,7 | 333.197,6 | 278.545,6 | 278.545,6 | 51.451,5 | 131.202,0 |
| Ministério da Educação | 1.124.001,7 | 968.970,7 | 968.970,7 | 278.170,9 | 225.764,7 | 1.313.705,9 | 1.002.839,1 | 1.002.839,1 | 265.417,1 | 608.754,9 |
| Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio | 150.891,9 | 83.948,5 | 83.948,5 | 33.453,0 | 87.770,9 | 94.969,9 | 59.349,4 | 59.349,4 | 22.171,1 | 46.052,2 |
| Ministério da Justiça | 664.376,0 | 510.751,2 | 510.751,2 | 262.772,7 | 177.645,5 | 565.224,1 | 388.589,2 | 388.589,2 | 122.664,2 | 243.321,1 |
| Ministério de Minas e Energia | 40.411,5 | 19.067,7 | 19.067,7 | 12.461,4 | 7.958,0 | 52.415,3 | 23.687,4 | 23.687,4 | 13.989,2 | 3.347,0 |
| Ministério da Previdência Social | 100.906,7 | 71.573,7 | 71.573,7 | 5.766,8 | 24.205,0 | 192.164,3 | 99.303,7 | 99.303,7 | 15.699,7 | 57.541,4 |
| Ministério das Relações Exteriores | 68.151,7 | 65.654,2 | 65.654,2 | 62.732,9 | 1.068,7 | 39.506,4 | 28.472,5 | 28.472,5 | 21.860,3 | 2.901,9 |
| Ministério da Saúde | 2.607.090,0 | 2.102.959,3 | 2.102.959,3 | 252.692,7 | 822.526,9 | 3.327.241,0 | 2.194.420,4 | 2.194.420,4 | 441.384,2 | 1.184.661,1 |
| Ministério do Trabalho e Emprego | 34.799,3 | 25.430,7 | 25.430,7 | 16.994,1 | 5.142,5 | 15.947,8 | 14.132,8 | 14.132,8 | 7.466,2 | 8.086,1 |
| Ministério dos Transportes | 5.690.191,8 | 4.252.493,3 | 4.252.493,3 | 1.847.267,7 | 964.730,4 | 4.748.688,0 | 3.751.834,9 | 3.751.834,9 | 1.427.423,0 | 2.499.550,2 |
| Ministério das Comunicações | 151.300,8 | 42.130,0 | 42.130,0 | 10.515,2 | 14.189,8 | 120.311,4 | 40.745,1 | 40.745,1 | 9.208,5 | 21.190,9 |
| Ministério da Cultura | 129.264,9 | 72.884,5 | 72.884,5 | 36.611,1 | 26.253,3 | 149.269,6 | 116.459,8 | 116.459,8 | 28.955,2 | 27.064,1 |
| Ministério do Meio Ambiente | 121.298,9 | 53.107,6 | 53.107,6 | 17.768,1 | 15.015,5 | 86.694,4 | 58.767,2 | 58.767,2 | 19.291,5 | 31.424,6 |
| Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão | 42.276,8 | 12.314,5 | 12.314,5 | 2.392,2 | 15.716,6 | 65.047,2 | 48.654,1 | 48.654,1 | 24.637,8 | 9.981,4 |
| Ministério do Desenvolvimento Agrário | 1.232.409,7 | 1.059.700,3 | 1.059.700,3 | 869.627,1 | 190.763,7 | 1.645.901,9 | 1.385.370,5 | 1.385.370,5 | 1.034.958,9 | 166.088,8 |
| Ministério do Esporte | 463.978,7 | 256.877,1 | 256.877,1 | 4.341,1 | 79.854,8 | 481.678,5 | 375.314,6 | 375.314,6 | 36.676,6 | 171.948,2 |
| Ministério da Defesa | 2.004.420,6 | 1.579.630,5 | 1.579.630,5 | 876.482,3 | 522.952,7 | 1.989.059,7 | 1.461.374,5 | 1.461.374,5 | 892.485,5 | 752.017,8 |
| Ministério da Integração Nacional | 2.286.019,5 | 1.410.789,3 | 1.410.787,7 | 402.662,5 | 199.814,2 | 1.793.466,0 | 915.068,8 | 915.068,8 | 223.420,6 | 657.604,0 |
| Ministério do Turismo | 649.634,8 | 448.466,3 | 448.466,3 | 86.754,1 | 69.656,4 | 885.069,1 | 683.444,4 | 683.444,4 | 30.276,3 | 302.437,8 |
| Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome | 177.545,3 | 160.689,0 | 160.689,0 | 83.137,8 | 32.356,8 | 202.701,1 | 167.672,1 | 167.672,1 | 62.254,1 | 32.041,4 |
| Ministério das Cidades | 2.335.448,1 | 1.234.469,8 | 1.234.469,8 | 151.081,0 | 492.219,8 | 2.225.660,9 | 1.530.168,0 | 1.530.168,0 | 82.345,8 | 967.968,2 |
| TOTAL | 21.659.218,0 | 15.618.219,9 | 15.618.122,4 | 5.848.436,6 | 4.186.694,2 | 21.909.745,6 | 15.890.058,6 | 15.890.027,5 | 5.318.332,4 | 8.324.365,1 |

Dados preliminares.

 (*) Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp.

(1) Despesa de investimento (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos)

(2) "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

(3) Inclui 'Encargos Financeiros da União'.

Dezembro / 2006

Comentários

Em Dezembro de 2006, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 21,6%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 5.892.945,0 (mil), em Dezembro de 2006, contra R\$ 4.845.834,1 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela de 15% para o FUNDEF.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decenciais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governos->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio do telefone (61)3412-3116. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3481-8000.

Distribuição do FPM/FPE

| Origens | 2005 | | | 2006 | | | Variação Nominal | | |
|---------|-------------|-------------|--------------------|-------------|-------------|--------------------|------------------|------------|------------------|
| | Novembro | Dezembro | Janeiro a Dezembro | Novembro | Dezembro | Janeiro a Dezembro | Dez / 2006 | Dez / 2006 | Jan a Dez / 2006 |
| | | | | | | | Nov / 2006 | Dez / 2005 | Jan a Dez / 2005 |
| FPM | 2.344.548,1 | 3.287.073,4 | 26.675.875,9 | 2.478.439,3 | 3.013.992,4 | 29.502.772,2 | 21,6 % | -8,3 % | 10,6 % |
| FPE | 2.239.517,8 | 3.139.818,8 | 25.463.501,9 | 2.367.394,8 | 2.878.952,6 | 28.180.910,5 | 21,6 % | -8,3 % | 10,7 % |

Previsto x Realizado

De acordo com a Portaria STN nº 678/04, os créditos relativos ao mês de Dezembro de 2006 foram efetuados nos dias 08, 20 e 28. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

| MÊS | FPE | | FPM | | IPI-EXP | |
|----------|----------|-----------|----------|-----------|----------|-----------|
| | Estimado | Realizado | Estimado | Realizado | Estimado | Realizado |
| Dezembro | 25,3 % | 21,6 % | 25,3 % | 21,6 % | 14,1 % | 35,1 % |

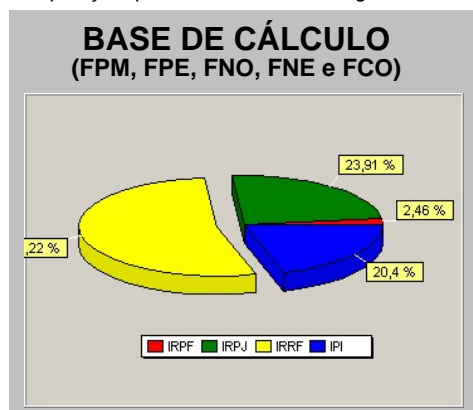
Estimativa Trimestral

As previsões, de acordo com dados fornecidos pela Receita Federal do Brasil, embutem margem de erro, face às possíveis variações do comportamento da arrecadação. A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

| FUNDOS | jan/dez | fev/jan | mar/fev |
|-----------------------------|---------|---------|---------|
| FPM / FPE / FNE / FNO / FCO | -13,7 % | -1,2 % | -5,9 % |
| IPI-EXP | -27,4 % | 2,3 % | -6,7 % |

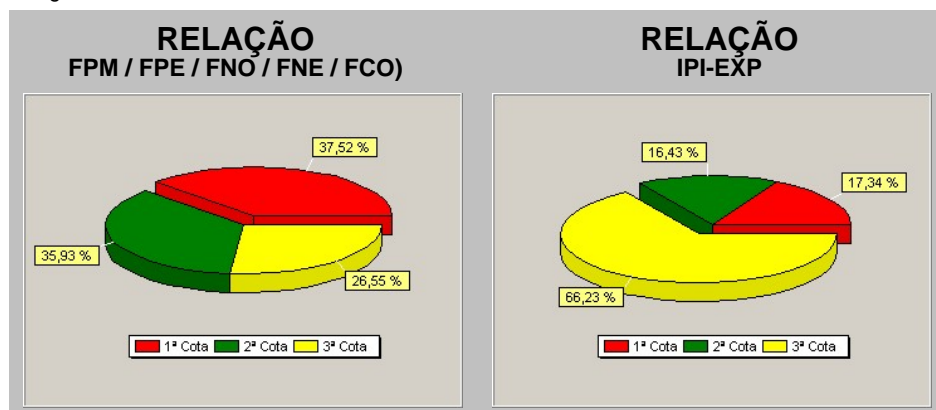
Composição dos Fundos

Em Dezembro de 2006 os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:



Distribuição nos Decêndios

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:



Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/11/2006 a 20/12/2006, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

| Período de Arrecadação | Arrecadação Líquida | | | Data do Crédito | Transferências | | | | |
|------------------------|---------------------|--------------|--------------|-----------------|----------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | IPI | IR | IPI + IR | | FPE (1) | FPM (1) | IPI-EXP (1) | FUNDEF (2) | TOTAL |
| Nov/3º DEC | 557.395,2 | 5.353.900,6 | 5.911.295,9 | Dez/1º DEC | 1.080.289,3 | 1.130.535,3 | 47.378,6 | 398.506,5 | 2.656.709,7 |
| Dez/1º DEC | 528.018,6 | 5.131.574,8 | 5.659.593,4 | Dez/2º DEC | 1.034.290,7 | 1.082.397,2 | 44.881,6 | 381.453,4 | 2.543.023 |
| Dez/2º DEC | 2.128.555,3 | 2.054.058 | 4.182.613,4 | Dez/3º DEC | 764.372,6 | 799.924,8 | 180.927,2 | 307.980,8 | 2.053.205,4 |
| TOTAL | 3.213.969,1 | 12.539.533,5 | 15.753.502,7 | TOTAL | 2.878.952,6 | 3.012.857,4 | 273.187,4 | 1.087.940,7 | 7.252.938,1 |
| Dez/3º DEC | 561.304,6 | 7.478.786,4 | 8.040.091 | Jan/1º DEC | 1.469.326,6 | 1.537.667,4 | 47.710,9 | 539.065,6 | 3.593.770,5 |

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-Exp.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

| Estados | UF | FPM (1) | FPE (1) | IPI-Exp (1) | FUNDEF União (2) |
|---------------------|----|------------------|------------------|----------------|------------------|
| Acre | AC | 15.169 | 98.489 | 24 | 20.084 |
| Alagoas | AL | 70.971 | 119.767 | 928 | 34.028 |
| Amazonas | AM | 41.749 | 80.334 | 7.979 | 23.198 |
| Amapá | AP | 12.105 | 98.230 | 21 | 19.574 |
| Bahia | BA | 270.251 | 270.512 | 17.092 | 99.351 |
| Ceará | CE | 161.867 | 211.226 | 2.824 | 66.735 |
| Distrito Federal | DF | 6.043 | 19.871 | 119 | 4.791 |
| Espírito Santo | ES | 54.134 | 43.184 | 11.443 | 20.232 |
| Goiás | GO | 108.448 | 81.852 | 2.390 | 34.329 |
| Maranhão | MA | 119.387 | 207.809 | 2.874 | 58.657 |
| Minas Gerais | MG | 397.773 | 128.243 | 30.438 | 101.343 |
| Mato Grosso do Sul | MS | 44.687 | 38.348 | 1.949 | 15.298 |
| Mato Grosso | MT | 55.836 | 66.443 | 2.524 | 22.497 |
| Pará | PA | 110.215 | 175.962 | 11.401 | 53.577 |
| Paraíba | PB | 98.994 | 137.870 | 937 | 42.035 |
| Pernambuco | PE | 147.213 | 198.653 | 2.098 | 61.767 |
| Piauí | PI | 74.675 | 124.411 | 120 | 35.228 |
| Paraná | PR | 205.758 | 83.006 | 29.862 | 58.686 |
| Rio de Janeiro | RJ | 89.011 | 43.982 | 31.637 | 30.482 |
| Rio Grande do Norte | RN | 75.402 | 120.280 | 1.366 | 34.861 |
| Rondônia | RO | 26.290 | 81.060 | 390 | 19.074 |
| Roraima | RR | 15.690 | 71.418 | 16 | 15.384 |
| Rio Grande do Sul | RS | 201.719 | 67.794 | 37.352 | 56.550 |
| Santa Catarina | SC | 117.111 | 36.845 | 22.534 | 32.021 |
| Sergipe | SE | 43.213 | 119.629 | 189 | 28.831 |
| São Paulo | SP | 403.086 | 28.790 | 54.637 | 92.132 |
| Tocantins | TO | 47.198 | 124.947 | 45 | 30.406 |
| Total | | 3.013.992 | 2.878.952 | 273.187 | 1.111.150 |

(1) Deduzidos 15% do FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-Exp, LC 87/96 e Complementação da União. Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

Datas de Publicação

Em observância ao que determina o art. 6º da Lei Complementar nº 62, de 28/12/1989, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

| Mês | Ano | Data |
|-----------|------|------------|
| Janeiro | 2006 | 23/02/2006 |
| Fevereiro | 2006 | 22/03/2006 |
| Março | 2006 | 19/04/2006 |
| Abril | 2006 | 22/05/2006 |
| Maio | 2006 | 23/06/2006 |
| Junho | 2006 | 17/07/2006 |
| Julho | 2006 | 28/08/2006 |
| Agosto | 2006 | 20/09/2006 |
| Setembro | 2006 | 24/10/2006 |
| Outubro | 2006 | 24/11/2006 |

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de dezembro de 2005, a Portaria STN nº 888, de 26 de dezembro de 2005, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2006, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM
Fone: (61)3412-3116 - 3412-3023 - Fax: (61)3412-1580
E-mail: copem.df.stn@fazenda.gov.br

Dezembro / 2006

Comportamento no Mês

Em Dezembro de 2006, as transferências para o FUNDEF alcançaram o montante de R\$ 3.414.520,6 (mil), contra R\$ 3.357.936,5 (mil) no mês anterior. Os repasses para o Fundo apresentaram um acréscimo de 1,7% em valores nominais. Contribuíram para esse comportamento o acréscimo da ordem de 21,6% do FPM.

As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3481-8000.

| Origens | R\$ Mil | | | | |
|--------------|--------------------|----------------|--------------------|----------------|--------------|
| | Novembro | Participação | Dezembro | Participação | Dez / Nov |
| FPM | 436.274 | 13,0 % | 530.546 | 15,5 % | 21,6 % |
| FPE | 417.776 | 12,4 % | 508.050 | 14,9 % | 21,6 % |
| IPI-EXP | 35.692 | 1,1 % | 48.210 | 1,4 % | 35,1 % |
| LC 87/96 | 24.345 | 0,7 % | 24.345 | 0,7 % | 0,0 % |
| COMPL. UNIÃO | 20.722 | 0,6 % | 0 | 0,0 % | -100,0 % |
| ICMS | 2.423.128 | 72,2 % | 2.303.370 | 67,4 % | -5,0 % |
| TOTAL | 3.357.936,5 | 100,0 % | 3.414.520,6 | 100,0 % | 1,7 % |

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

Dúvidas sobre o FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria.

As questões relativas ao FUNDEF podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones: (61)2104-8634 - 2104-9535;
- por meio do FAX: (61)2104-9283;
- por meio do e-mail: fundef@mec.gov.br;
- por correspondência endereçada ao:
 Depto. de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica - DEFINEB/SEB/MEC
 Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 5º andar - Sala 510
 CEP 70.047-900 - Brasília - DF

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM
 Fone: (61)3412-3116 - 3412-3023 - Fax: (61)3412-1580
 E-mail: copem.df.stn@fazenda.gov.br

Complementação da União

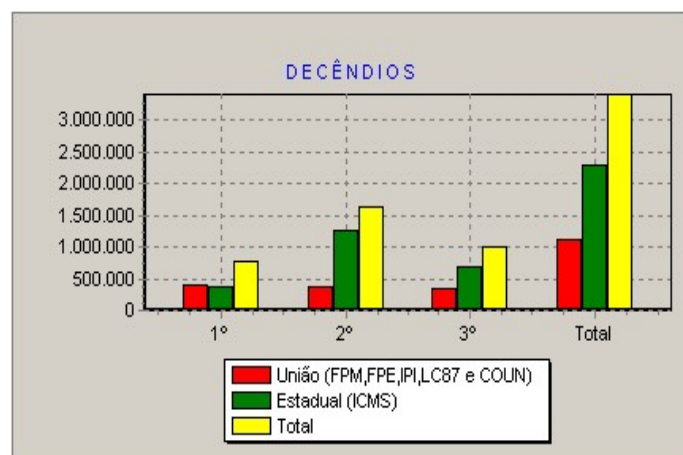
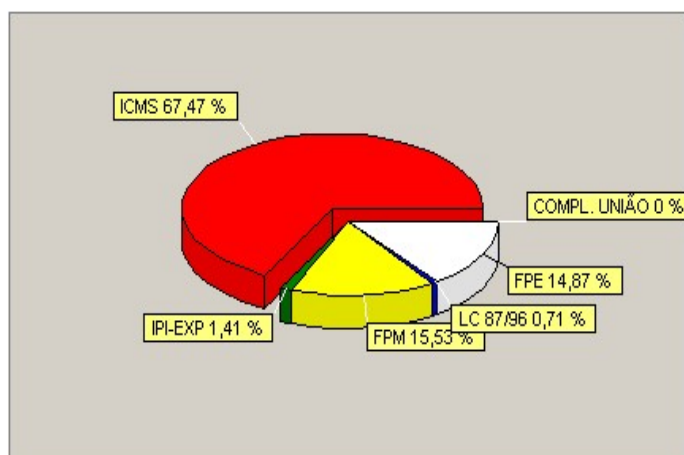
Portaria MF nº 40, de 03/03/2006, publicada no D.O.U. em 06/03/2006, divulga o cronograma com a estimativa dos valores mensais da complementação da União ao FUNDEF, para o ano de 2006.

| Estados | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez |
|--------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Maranhão | 26.852.430 | 13.426.215 | 13.426.215 | 13.426.215 | 13.426.215 | 26.637.435 | 13.426.215 | 13.426.215 | 13.426.215 | 13.426.215 | 41.579.340 |
| Pará | 14.592.180 | 7.296.090 | 7.296.090 | 7.296.090 | 7.296.090 | 15.105.330 | 7.296.090 | 7.296.090 | 7.296.090 | 7.296.090 | 23.155.080 |
| TOTAL | 41.444.610 | 20.722.305 | 20.722.305 | 20.722.305 | 20.722.305 | 41.742.765 | 20.722.305 | 20.722.305 | 20.722.305 | 20.722.305 | 64.734.420 |

FUNDEF Brasil por Origem

FUNDEF Brasil por Decêndio

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem e a sua distribuição por decêndios.



Distribuição do FUNDEF por Estado

| Estados | Matrículas (1) | ORIGENS | | | | | | FUNDEF Total (2) | Média por Aluno (R\$) | |
|---------------------|-------------------|----------------|----------------|---------------|------------|---------------|------------------|---------------------|-----------------------|----------------|
| | | FPE | FPM | IPI-EXP | Com. União | LC 87/96 | ICMS | | No mês | Até o mês |
| | | R\$ Mil | | | | | | | | |
| Acre | 146.626 | 17.380 | 2.677 | 4 | 0 | 22 | 4.819 | 24.903 | 169,8 | 1.727,9 |
| Alagoas | 674.321 | 21.135 | 12.524 | 164 | 0 | 205 | 13.842 | 47.870 | 71,0 | 744,3 |
| Amapá | 127.625 | 17.335 | 2.136 | 4 | 0 | 99 | 4.011 | 23.584 | 184,8 | 1.832,2 |
| Amazonas | 745.772 | 14.177 | 7.367 | 1.408 | 0 | 246 | 44.673 | 67.871 | 91,0 | 979,2 |
| Bahia | 2.782.645 | 47.737 | 47.691 | 3.016 | 0 | 906 | 132.398 | 231.749 | 83,3 | 766,2 |
| Ceará | 1.531.674 | 37.275 | 28.565 | 498 | 0 | 397 | 48.850 | 115.585 | 75,5 | 767,0 |
| Distrito Federal | 300.965 | 3.507 | 1.066 | 21 | 0 | 197 | 0 | 4.791 | 15,9 | 159,0 |
| Espírito Santo | 497.527 | 7.621 | 9.553 | 2.019 | 0 | 1.039 | 62.854 | 83.087 | 167,0 | 1.667,8 |
| Goiás | 888.973 | 14.444 | 19.138 | 422 | 0 | 325 | 59.827 | 94.156 | 105,9 | 1.115,6 |
| Maranhão | 1.447.560 | 36.672 | 21.068 | 507 | 0 | 409 | 23.027 | 81.684 | 56,4 | 695,3 |
| Mato Grosso | 565.348 | 11.725 | 9.853 | 445 | 0 | 473 | 44.797 | 67.294 | 119,0 | 1.225,8 |
| Mato Grosso do Sul | 396.990 | 6.767 | 7.886 | 344 | 0 | 301 | 41.300 | 56.598 | 142,6 | 1.466,2 |
| Minas Gerais | 3.176.706 | 22.631 | 70.195 | 5.371 | 0 | 3.145 | 243.504 | 344.847 | 108,6 | 1.121,9 |
| Paraíba | 745.405 | 24.330 | 17.469 | 165 | 0 | 70 | 19.903 | 61.938 | 83,1 | 858,1 |
| Paraná | 1.527.232 | 14.648 | 36.310 | 5.270 | 0 | 2.458 | 129.381 | 188.067 | 123,1 | 1.301,4 |
| Pará | 1.533.369 | 31.052 | 19.450 | 2.012 | 0 | 1.064 | 57.066 | 110.643 | 72,2 | 735,1 |
| Pernambuco | 1.493.544 | 35.056 | 25.979 | 370 | 0 | 362 | 67.993 | 129.761 | 86,9 | 887,5 |
| Piauí | 639.212 | 21.955 | 13.178 | 21 | 0 | 74 | 15.810 | 51.037 | 79,8 | 794,4 |
| Rio Grande do Norte | 522.335 | 21.226 | 13.306 | 241 | 0 | 88 | 25.687 | 60.549 | 115,9 | 1.222,6 |
| Rio Grande do Sul | 1.503.203 | 11.964 | 35.547 | 6.592 | 0 | 2.448 | 120.799 | 177.349 | 118,0 | 1.529,4 |
| Rio de Janeiro | 2.005.935 | 7.761 | 15.708 | 5.583 | 0 | 1.430 | 222.417 | 252.899 | 126,1 | 1.234,5 |
| Rondônia | 295.378 | 14.305 | 4.639 | 69 | 0 | 61 | 21.860 | 40.934 | 138,6 | 1.308,8 |
| Roraima | 79.194 | 12.603 | 2.769 | 3 | 0 | 9 | 3.202 | 18.586 | 234,7 | 2.302,4 |
| Santa Catarina | 868.134 | 6.502 | 20.667 | 3.977 | 0 | 875 | 84.210 | 116.231 | 133,9 | 1.425,7 |
| Sergipe | 368.317 | 21.111 | 7.626 | 33 | 0 | 61 | 14.636 | 43.467 | 118,0 | 1.232,8 |
| São Paulo | 5.094.240 | 5.080 | 69.848 | 9.642 | 0 | 7.561 | 779.862 | 871.994 | 171,2 | 1.866,3 |
| Tocantins | 260.218 | 22.049 | 8.329 | 8 | 0 | 19 | 16.640 | 47.046 | 180,8 | 1.558,0 |
| Total | 30.218.448 | 508.050 | 530.545 | 48.209 | 0 | 24.345 | 2.303.370 | 3.414.519 | 113,0 | 1.188,5 |

Fonte: SIAFI

1 - Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 18, de 04/01/2006. Exceto os municípios que não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

2 - Montante da UF (Estados e Municípios).

- Não há distribuição da parcela de ICMS para o DF.

- Total do Estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.